



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1476/SEMED/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO.
Superintendência Municipal de Licitações - SUMPEL

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ R\$ 6.552.859,85 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 27/01/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por Item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA
Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Termo de Compromisso;

ANEXO III – Modelo de declaração para ME e EPP ;

ANEXO IV – Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

ANEXO V – Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO VI – Minuta de Contrato;

Sumário

1. DO OBJETO	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA	
9. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	
10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	
11. DO PAGAMENTO	
12. DA FASE DE JULGAMENTO	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO	
14. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
15. DOS RECURSOS	
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO	

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/SUPEL/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1476/SEMED/2025

MENOR PREÇO POR LOTE

PREÂMBULO

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **São Miguel do Guaporé/RO**, através do Decreto Municipal nº2624/2025, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência Municipal de Licitações, sediado na Av. São Paulo, 1490, Cristo - Rei, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

INÍCIO DO PREGÃO: Dia 27/01/2026, com início às 09:00h (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR** no Município de São Miguel do Guaporé/RO, para atender a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será em lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação no lote.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender o itinerário 1.	KM	46.675,2	R\$ 16,27	R\$ 759.405,50
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 2.	KM	18.768	R\$ 20,95	R\$ 393.189,60
3	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 3.	KM	27.988,8	R\$ 15,83	R\$ 443.062,70
4	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 4.	KM	14.892	R\$ 26,11	R\$ 388.830,12

5	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 5.	KM	25.704	R\$ 16,87	R\$ 433.626,48
6	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 6.	KM	28.070,4	R\$ 16,03	R\$ 449.968,51
7	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 7.	KM	37.046,4	R\$ 17,13	R\$ 634.604,83
8	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 8.	KM	15.667,2	R\$ 24,78	R\$ 388.233,22
9	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 9.	KM	27.907,2	R\$ 16,10	R\$ 449.305,92
10	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 10.	KM	19.910,4	R\$ 21,31	R\$ 424.290,62
11	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 11	KM	18.196,8	R\$ 22,65	R\$ 412.157,52
12	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 12.	KM	15.544,8	R\$ 25,28	R\$ 392.972,54
13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 13.	KM	35.985,6	R\$ 13,77	R\$ 495.521,71
14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atender os itinerários: 14. (Esse Percorso deverá ser feito exclusivamente por 02 veículos).	KM	34.272	R\$ 14,23	R\$ 487.690,56

VALOR TOTAL: R\$ 6.552.859,85 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

DA VIGÊNCIA

1.2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.2. O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do mesmo, na forma do artigo 106, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado respeitada a vigência máxima decenal, cabendo a autoridade competente atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 do mesmo dispositivo legal.

1.2.3. O Art. 106, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Permite contratos de **serviços contínuos** com prazo inicial de até 5 anos, prorrogáveis, desde que demonstrada a vantajosidade. “O serviço de transporte escolar caracteriza-se como serviço de natureza contínua, por ser essencial à política pública de educação e necessário de forma recorrente a cada exercício letivo, ainda que sua execução ocorra conforme o calendário escolar, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 1.214/2013, nº 2.622/2013 e nº 1.305/2017 – Plenário.”

1.3. DA CAPACIDADE DE PASSAGEIROS

Vale ressaltar que existirá uma quantidade mínima de passageiros que cada ônibus escolar deverá transportar por itinerário, segue tabelas abaixo com a relação dos itinerários dos respectivos itens 1.2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14.

TOTAL EM KM 1.797,2											
Trajeto	Escolas Atendidas		Frota	Tipo de veículo	Capacidade	Dias letivos	Horários		Total da quilometragem diária	Total da quilometragem 204 dias letivos	Turno
	Estadual	Municipal	Terceirizada	Ônibus			Saída	Chegada			
1	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	10:30	12:30	228,8	46.675,2	Vespertino
							17:00	19:00			
2	Esc. Princesa Isabel, esc. Deonildo Caragnatto	Escola Lázara Alves de Lima, e Tio Teco	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30	12:50	92	18.768	Vespertino
							17:00	18:30			
3	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	12:00	12:45	137,2	27.988,8	Vespertino Noturno
							17:00	18:00			
							18:00	18:45			
							23:00	00:20			
4	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:40	12:50	126	25.704	Vespertino Noturno
							17:00	18:00			
							18:00	18:50			
							23:00	23:55			
5	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30	12:50	76,8	15.667,2	Vespertino
							17:00	18:20			
6	Esc. Pri	Esc. ola Pri ma	Terceirizada	Ônibus	38	204	05:50	06:50	97,6	19.910,4	Matutino vespertino
							11:00	11:50			

							12:05	13:00			
							17:00	18:05			
7	Esc. Primavera extensão	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	06:00	07:00	89,2	18.196,8	Matutino vespertino
							11:00	12:00			
							12:00	13:00			
							17:00	18:00			
8	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	18:00	18:55	73	14.892	Noturno
							23:00	00:10			
9	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30	12:40	137,6	28.070,4	Vespertino Noturno
							17:00	18:00			
							18:00	19:00			
							23:00	00:00			
10	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:45	13:00	181,6	37.046,4	Vespertino Noturno
							17:00	18:15			
							18:15	18:50			
							23:00	23:50			
11	Esc. Princesa Isabel,	.	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30	12:40	136,8	27.907,2	Vespertino Noturno
							17:00	18:00			
							18:10	18:50			
							23:00	23:50			
12	Esc. Primavera extensão Princesa	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:45	12:50	76,2	15.548,8	Vespertino
							17:00	18:10			
13	.	Escola Carlos Gomes	Terceirizada	Ônibus	38	204	10:00	12:00	176,4	35.985,6	Vespertino
							16:15	18:15			
14	Esc. Primavera extensão	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	05:50	07:00	168	34.272	Matutino vespertino
							11:00	12:05			
							12:05	13:00			
							17:00	18:05			

1.2. DAS ROTAS

Ressalta-se que no momento da contratação serão encaminhadas para a empresa contratada as rotas com percurso atualizado, ademais, durante a execução contratual as rotas poderão sofrer alteração, acrescentando ou suprimindo quilometragem. Assim, segue anexos com relação das rotas que deverão ser percorridas

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas no edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

2.6. Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;

2.7. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

a) Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

b) Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

c) Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado;

d) Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

e) Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esses acréscimos percentuais na qualificação econômico-financeira;

f) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante vigência do contrato;

g) Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

h) Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto

executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14. Não serão admitidas empresas que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública municipal ou ainda as declaradas inidôneas, na forma das leis e regulamentos citados no Edital;

2.15. Fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. A licitante deverá elaborar proposta considerando as disposições deste Edital e regulamentos que tratam sobre a Prestação de Serviço de Transporte Escolar.

3.4. Deverá ser elaborada Planilha de Composição de Custo, considerando todos os custos da licitante para eventual prestação do serviço de transporte escolar durante a vigência contratual.

3.5. A proposta da licitante deverá levar em consideração a quantidade de veículos necessários para execução dos serviços, veículos reservas, quilometragem percorrida e quantidade de dias letivos considerados para o lote.

3.6. A proposta deverá ser elaborada considerando veículos com idade não anterior ao ano de 2015, considerando para fins de aferição o ano de fabricação do chassi.

3.7. A licitante poderá elaborar propostas ofertando veículos idade igual ou superior a 2015 podendo utilizar os mesmos veículos em até o 3º (terceiro) ano de contrato.

3.8. A apresentação de veículos novos não altera a estimativa de custo definida pela administração para a prestação dos serviços de transporte escolar.

3.8.1. As planilhas deverão indicar claramente todos os insumos, materiais, mão de obra, custos administrativos, depreciação, encargos, tributos e quaisquer outros itens que venham a compor o quadro de despesas e/ou custos.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.9.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.9.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.9.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.9.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.12. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.16.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.16.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.17.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.17.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.18. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte,

uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente

estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Executar os serviços conforme especificações da licitação, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas.

6.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Secretaria Municipal de Educação SEMED e ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

6.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

6.1.6. As despesas com combustíveis, motorista, monitor e manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

6.1.7. Os empregados da contratada não manterão vínculo empregatício com a contratante devendo os mesmos serem registrados como empregados da empresa, não cabendo a contratante encargo de qualquer natureza.

6.1.8. Os motoristas que irão dirigir os veículos deverão estar com suas Carteiras de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria dos veículos que irão dirigir.

6.1.9. A empresa vencedora do certame, obrigatoriamente, deverá realizar a apresentação das Carteiras de Habilitação de todos os seus motoristas, como também, realizar a apresentação do CRLV de cada veículo a ser locado, no ato da assinatura do termo contratual.

6.1.10. Os veículos somente poderão trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

6.1.11. Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos locados e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará o Licitante Vencedor, obrigado a substituir imediatamente, a tempo dos estudantes ainda

chegarem à escola naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original e avisar a Secretaria Municipal de Educação.

6.1.12. A Prefeitura não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

6.1.13. A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

6.1.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação do serviço de transporte escolar.

6.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

6.1.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, exceto nas condições estabelecidas por Lei.

6.1.18. Os veículos deverão ser conduzidos por motoristas profissionais devidamente habilitados e qualificados, para exercer tal função, portando obrigatoriamente: Crachá de identificação, vistoria dos veículos e curso do motorista.

6.1.19. Realizar manutenção preventiva e corretiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança.

6.1.20. Permitir aos encarregados da comissão de vistoria e fiscalização do transporte escolar, livre acesso, em qualquer horário ou dia aos veículos do transporte, bem como os registros e documentos de natureza hábil, trabalhista, social e tributária da contratada.

6.1.21. A contratada deverá encaminhar antes do início letivo, planilha contendo os itinerários, especificando cada veículo, monitor e motorista, e caso houver substituição, seja informado oficialmente com antecedência à Secretaria Municipal de Educação.

6.1.22. Não permitir e não promover a superlotação dos veículos, observando que os usuários dos transportes devem estar devidamente sentados.

6.1.23. Serão de responsabilidade das empresas as despesas com o transporte dos veículos para vistoria prévia junto ao Detran/Ciretran – São Miguel do Guaporé/RO, e demais Órgãos competentes.

6.1.24. Serão descontados os dias em que o transporte não for rodado. Em caso de suspensão habitual dos serviços contratados, a contratante adotará as medidas cabíveis para sanar a situação.

6.1.25. Fornecer 01 (um) motorista e 01 (um) monitor para cada ônibus que fará o transporte dos alunos. Realizar diariamente, o controle (chamada) de embarque, desembarque e reembarque de todos os alunos, bem como realizar as devidas anotações quando, por qualquer motivo, o aluno não comparecer a qualquer dos pontos de retirada, inclusive por solicitação dos pais ou responsáveis, encaminhando relatório ao Departamento de Transporte Escolar até o primeiro dia útil subsequente ao mês de prestação do serviço.

6.1.26. Realizar diariamente, durante a execução do contrato, o controle da quilometragem percorrida através de planilha a ser fornecida pela CONTRATANTE e certificada diariamente pela Diretoria da última escola do itinerário servida pelo transporte escolar, informando na planilha a quilometragem constante no hodômetro de cada veículo, devendo tal relatório ser encaminhado à Divisão de Transporte Escolar impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.

6.1.27. Manter, durante a execução do contrato, listagem atualizada de todos os veículos utilizados no transporte escolar, devendo constar Modelo, Ano de Fabricação, Placa, CHASSI, RENAVAL, histórico de manutenções corretivas e preventivas, histórico de vistorias (Estadual e Municipal), histórico de ocorrências (quebras no trajeto),

bem como qual o condutor e monitor de cada veículo.

6.1.28. Será de total responsabilidade da empresa contratada arcar com os custos de aquisição, instalação, manutenção e panes/defeitos nos equipamentos de rastreamento dos veículos, bem como dar acesso total no sistema de monitoramento para a Secretaria Municipal de Educação e Órgãos de Controle municipal.

6.1.29. Os veículos obrigatoriamente deverão portar pneus estepe no suporte adequado para os mesmos, na parte externa dos veículos. Em hipótese nenhuma, deverá transportar os mesmos dentro do veículo, sob pena de sofrer sanções cabíveis.

6.1.30. Será de responsabilidade da contratada a disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia nos relacionamentos entre colegas, usuários, pais ou responsáveis, e com os servidores do Município de São Miguel do Guaporé.

6.1.31. A segurança dos transportados ficará por conta da contratada, devendo a mesma garantir a ordem dentro do veículo, providenciando que todos os alunos permaneçam sentados e usando equipamentos de segurança.

6.1.32. A empresa (s) vencedora (s) manterá a contratante livre e desonerada de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de sua ação ou omissão.

6.1.33. Manter, durante a execução do contrato, as condições de higiene, estado de conservação e itens obrigatórios de segurança de todos os veículos utilizados no serviço de transporte escolar, na forma como exigida pela Lei 9.503/1997 e resoluções do CONTRAN.

6.1.34. Manter, durante toda a execução do contrato, ficha de controle individual de condutores e monitores, a fim de certificar que atendam aos requisitos exigidos pela Lei 9.503/1997 e Resoluções do CONTRAN nº 168/04 e 205/06, devendo comunicar imediatamente a Contratante em caso de necessidade de substituição em razão do descumprimento de quaisquer dos requisitos por condutores ou monitores. O controle a ser efetuado pela Contratada não exclui a possibilidade da Contratante, através do Departamento de Transporte Escolar, realizar consultas em datas esporádicas/aleatórias para verificação do cumprimento aos requisitos exigidos.

6.1.35. A contratada deverá durante a execução contratual possuir apólice de seguros contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos, que poderá ser contratada em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, consoantes as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada, no que couber.

6.2.6. Enviar os itinerários especificando o local exato do embarque do primeiro aluno e desembarque nas Unidades Escolares serão encaminhados para as empresas vencedoras na emissão da Ordem de Serviço.

6.2.7. Solicitar a substituição de qualquer veículo, condutor ou monitor em razão das exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e normas aplicada à matéria, bem como zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada, aplicando as penalidades cabíveis ou mesmo rescindindo o contrato de prestação de serviço por inadimplência no cumprimento do contrato.

6.2.8. A contratante poderá realizar reduções, acréscimos ou suspensão de trajetos, bem como na quilometragem, ao tempo que se fizer necessário.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1.1. Na Ordem de Serviço será indicada a data de início do serviço que será elaborado conforme calendário escolar letivo.

7.1.2. A relação de itinerários, turnos, alunos, que serão transportados, bem como respectivas localidades que será informada pelo Departamento de Transporte no momento do envio da ordem de serviço.

7.1.3. A empresa deverá seguir rigorosamente os horários descritos nos itinerários que serão encaminhados, para que não haja prejuízo ao calendário escolar.

7.2. RECEBIMENTO DO OBJETO

a) No primeiro dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, a empresa deverá apresentar os documentos necessários para a liquidação da despesa, e será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

b) Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, será emitido recebimento definitivo pelo Departamento de Transporte Escolar.

7.2.1. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da CONTRATADA pelas possíveis irregularidades identificadas na prestação do serviço de transporte escolar.

7.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.3.1. Os roteiros poderão sofrer alteração durante a execução contratual, gerando acréscimo ou supressão de quilometragem.

7.3.2. Os veículos contratados poderão ser utilizados pela Administração Pública municipal durante a vigência contratual para fins de interesse público, sendo a empresa comunicada com prazo de antecedência necessária. O custo da contratação serão pagos pela Administração Pública municipal com recursos apropriados para pagamento da despesa.

7.3.3. Em caso de substituição do veículo, motorista ou monitor, qualquer que seja a motivação, a Contratada deverá informar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, devendo em todos os casos o substituto preencher as mesmas condições e requisitos impostos ao titular.

7.3.4. A contratada deverá enviar à Contratante semestralmente, antes do início período letivo, cópia dos Laudos de Vistoria emitidos pelo Detran/Ciretran -São Miguel do Guaporé/RO, conforme calendário escolar definido pela Secretaria Municipal de Educação.

7.3.5. Os veículos não aprovados na inspeção de que trata o item 6.5 serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para a devida regularização.

7.3.6. Para cada ônibus a contratada deverá disponibilizar 01 (um) motorista e 01 (um) monitor devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.

7.3.7. Os serviços deverão ser executados exclusivamente pela empresa vencedora do certame, sendo vedada a subcontratação e sublocação, salvo os veículos provenientes de arrendamento mercantil.

7.3.8. A contratada deverá estar no local de partida dos alunos com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário marcado, cumprindo rigorosamente as demais paradas do itinerário fornecido pela contratante, não sendo admitidos atrasos nos pontos de embarque dos alunos.

7.3.9. Poderão ser incluídas atividades extracurriculares a serem realizadas durante os fins de semana, a critério da Secretaria Municipal de Educação, desde que faça parte do Projeto Pedagógico das Unidades Escolares.

7.3.10. Os ônibus reservas deverão possuir capacidade mínima de passageiros sentados suficiente para transportar os alunos conforme mapa de rotas e itinerários, apresentando as mesmas condições e requisitos do ônibus titular.

7.3.11. Os custos das alterações de rotas que não ultrapasse 7% da quilometragem originalmente definida para o lote, deverão ser suportados pelo contratado.

7.3.12. A empresa que concorrer na licitação deverá ter conhecimento dos percursos, pois conforme definido nos itinerários haverá rotas pavimentados e não pavimentados.

7.4. DA VISTORIA PRÉVIA

7.4.1. Após declarado o vencedor do certame licitatório a empresa vencedora será formalmente convocada para no prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar os veículos destinados à execução dos serviços para vistoria prévia, sob pena de não adjudicação do objeto, a qual será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

7.4.2. A empresa deverá apresentar veículos com ano fabricação não anterior ao ano de 2015, sendo considerada o ano de fabricação do chassi.

7.4.3. A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à apresentação do laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN-RO, bem como aprovação na inspeção a ser realizada pelo Município de São Miguel do Guaporé.

7.4.4. Será elaborado relatório circunstanciado, registrando-se as condições operacionais do objeto contratual, o qual será anexado aos autos.

7.4.5. Na hipótese de reprovação dos veículos na vistoria destinada à emissão da ordem de serviço, a empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis regularização da situação encontrada.

7.4.6. A Contratada deverá apresentar os veículos semestralmente para Vistoria Técnica.

7.4.7. Todas as despesas originadas com as Vistorias solicitadas serão de responsabilidade da Contratada.

7.5. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.5.1. Para assinatura do contrato será exigido da contratada, a título de garantia o montante de 5% (cinco por cento) do valor total estimado para 1 (um) ano do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/21, podendo esta ser prestada através de uma das modalidades previstas no §1º, do art. 96 da mesma lei, sendo que a garantia prestada deverá ser requerida e liberada e/ou restituída após a execução do contrato e, quando prestada em dinheiro, o valor deverá ser atualizado monetariamente.

7.5.2. A garantia, quando prestada em forma de apólice de seguro ou outra forma que por sua natureza requeira atualização periódica em razão da vigência pré-estabelecida, deverá a Contratada estar atenta aos prazos renovação, para que não haja interrupção da garantia devida;

7.5.3. Não será aceita garantia contratual contratada com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cujas cláusulas pactuadas estejam previstas o não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual e;

7.5.4. A empresa contratada deverá repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela Contratada.

7.6. DO CONDUTOR/ MOTORISTA

Atribuições do condutor do veículo de transporte escolar:

7.6.1. Idade superior a 21 anos;

7.6.2. Vistoriar o veículo sob sua responsabilidade, atestando que ele preenche todas as condições previstas na legislação brasileira de trânsito e normas de segurança, devendo em caso de falhas solicitar uso do veículo reserva;

7.6.3. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

7.6.4. Verificar itinerário da linha;

7.6.5. Conduzir veículo em consonância com as normas de trânsito e direção defensiva;

- 7.6.6 Zelar pela conservação e limpeza do veículo, devendo o mesmo estar diariamente higienizado para receber alunos;
- 7.6.7. Tratar os alunos com educação e cordialidade;
- 7.6.8. Para nos pontos de embarque e desembarque conforme planilha de pontos;
- 7.6.9. Não ingerir e não exibir bebida alcoólica a escolares ou dirigir alcoolizado;
- 7.6.10. Não fumar e não permitir o uso de fumo durante o tempo em que estiver transportando os escolares;
- 7.6.11. Cumprir os horários pré-estabelecidos para rotas e itinerários;
- 7.6.12. Portar todos os documentos dos veículos e do condutor, incluindo a carteira nacional de habilitação e o certificado do curso de condutor de escolares;
- 7.6.13. Não transportar e não permitir transporte de passageiro em pé;
- 7.6.14. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- 7.6.15. Verificar antes de colocar o veículo em movimento, que os usuários/ alunos estão devidamente assentados e em condições de segurança para continuidade do trajeto;
- 7.6.16. Não conceder e não permitir que se conceda carona nos veículos de transporte escolar, sendo permitida tão somente à professores, desde que, neste caso, haja acento disponível;
- 7.6.17. É expressamente proibido aos condutores de veículo de transporte escolar, manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação de serviços.
- 7.6.18. São requisitos mínimos para os condutores do veículo de transporte escolar:
- 7.6.19. Ter como nível de escolaridade mínima, o ensino fundamental incompleto;
- 7.6.20. Estar em perfeitas condições de saúde, atestado por profissional médico habilitado para tanto;
- 7.6.21. Ter idade superior a 21 anos, conforme CTB e Resoluções do Contran;
- 7.6.22. Ser habilitado na categoria D;
- 7.6.23. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- 7.6.24. O uso obrigatório de crachá de identificação (conforme padrão da contratada) e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e seus dados pessoais;
- 7.6.25. Apresentar certificado de curso especializado nos termos do Artigo 145, inciso IV do CTB;
- 7.6.26. Apresentar certidão de antecedentes criminais anualmente;
- 7.6.27. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.
- 7.6.28. Constar na CNH, no campo de observações os seguintes dizeres: "Exerce atividade remunerada";
- 7.6.29. Uso obrigatório de uniforme, conforme padrão da contratada, bem como os equipamentos individuais de segurança a serem fornecidos pela contratada.
- 7.6.30. Apresentar curso de Condutor de Transporte Escolar;

7.6.31. O motorista indicado na forma prevista neste item poderá ser substituído durante a vigência do contrato, mediante prévia e expressa comunicação à Contratante, devendo o motorista substituto atender a todas as exigências acima elencadas.

7.6.32. A contratante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de condutores que não atendam aos requisitos mínimos ou que não estejam desempenhando as atribuições estabelecidas.

7.7. DOS VEÍCULOS

7.7.1. Os veículos deverão estar em conformidade com as exigências previstas nos art. 136 e 137 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Resolução CONTRAN nº 14, de 06 de fevereiro de 1998, Resolução CONTRAN nº 924, de 28 de março de 2022 e com as demais normas complementares expedida pelo CONTRAN/DETRAN e manual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia/DETRAN.

7.7.2. Cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;

7.7.3. Registrador de velocidade (TACÓGRAFO), aparelho instalado no painel do veículo que registra a velocidade e paradas do veículo, previsto no inc. IV, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, devendo ser obrigatoriamente eletrônico e/ou digital;

7.7.4. Durante toda vigência contratual, não serão aceitos veículos com data de fabricação anterior ao ano de 2015, contados a partir do ano de fabricação do chassi, parâmetro de idade mínima considerada para os 5 (cinco) anos de vigência contratual, exigidos a partir do terceiro ano de contrato

7.7.5. Apresentação do veículo com faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto.

7.7.6. A contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da prestação de serviços, devendo o meio de transporte ser em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços. Em caso de qualquer avaria no veículo, a contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-o de modo a evitar a interrupção dos serviços do transporte escolar;

7.7.7. Os veículos não aprovados na inspeção de que trata o inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para as substituições dos veículos;

7.7.8. Adicionalmente à exigência de inspeção no inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos também serão inspecionados pela Secretaria Municipal de Educação para a verificação dos cumprimentos das exigências.

7.7.9. Em caso de parceria com o Estado de Rondônia para a prestação do serviço de transporte escolar, deverão constar adesivo com as devidas informações definidas pela Contratante.

7.7.10. Sempre que a Administração municipal entender necessário, poderá determinar a fixação de material impresso nos veículos, com o fim de divulgar campanhas de interesse público, observado o Código de Trânsito Brasileiro.

7.7.11. Fica proibido a utilização dos espaços interno e externo do veículo para divulgação comercial.

7.7.12. Os veículos a serem apresentados para vistoria prévia deverão estar com documentação completa e com certificado de propriedade do veículo.

7.7.13. Os veículos destinados a prestação do serviço de transporte escolar deverão estar em nome da empresa contratada, sendo permitido contrato de compra e venda com firma reconhecida com no mínimo a 4 meses de antecedência do certame.

7.7.14. Os veículos devem dispor de equipamento de câmera-monitor de ré, susceptíveis de mostrar informações sobre o campo de visão indireta ao condutor.

7.7.15. É obrigatório acessibilidade em todos os veículos destinados a prestação do serviço de transporte escolar.

7.7.16. Os veículos deverão constar adesivo "PROIBIDO CARONA".

7.7.17. Os veículos deverão possuir extintor de incêndio com validade em dias.

7.7.18. Cada veículo deverá dispor de caixa de ferramentas na parte externa do veículo integrando no mínimo o a chave de roda, macaco, triângulo e cabo de força e etc.

7.7.19. Deverão ser observados as disposições da Lei municipal nº 3.588, de 04 de setembro de 2023.

7.8. DO MONITOR DOS VEÍCULOS

7.8.1. O Monitor do veículo deverá:

7.8.2. Acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios, inclusive acompanhar o aluno na travessia de rodovias.

7.8.3. Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar.

7.8.4. Orientar, auxiliar e zelar pelo uso obrigatório dos equipamentos de segurança, entre eles o cinto de segurança.

7.8.5. Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, coibindo a exposição de partes do corpo para fora da janela.

7.8.6. Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e entrega-los no ambiente interno da Unidade Escolar.

7.8.7. Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos veículos, evitando assim a ocorrência de acidentes no embarque e desembarque.

7.8.8. Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque.

7.8.9. Verificar os horários dos transportes, informando aos pais e alunos.

7.8.10. Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão embarcados no trajeto de retorno para as residências.

7.8.11. Colaborar com os pais de alunos especiais em sua locomoção.

7.8.12. Tratar os alunos com urbanidade e respeito.

7.8.13. Comunicar ao Diretor da Escola respectiva e à SEMED, os casos de conflito, físicos ou não, envolvendo os escolares, providenciando o devido relatório da ocorrência no formulário de registro diário da execução do serviço.

7.8.14. Ser pontual e assíduo.

7.8.15. Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato, este indicado pelo licitante vencedor por ocasião da contratação, na forma estabelecida neste instrumento, de maneira que a solicitação de tarefa formulada pela Contratante deverá ser retransmitida ao motorista/monitor por intermédio do superior imediato do motorista/monitor.

7.8.16. É expressamente proibido ao monitor de veículo de transporte escolar manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação dos serviços.

7.9. São requisitos mínimos exigidos para a função de monitor de transporte escolar:

7.10.1.1. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

7.10.1.2. Ter como nível de escolaridade mínima o ensino fundamental completo, bem como ter condições e capacidade para elaborar relatórios e demais documentos exigidos para preenchimento.

7.10.1.3. Ter capacitação física e mental para a execução dos serviços, a ser atestada por profissional médico habilitado.

7.10.1.4. Apresentar certificado de curso de formação de monitor escolar, nos termos da legislação própria.

7.10.1.5. Não estar cumprindo ou tenha cumprido pena, nos últimos 05 (cinco) anos.

7.10.1.6. Usar obrigatoriamente o Crachá de Identificação (conforme padrão da Contratada), e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e informações pessoais necessárias.

7.10.1.7. Apresentar Certidão de antecedentes criminais, anualmente.

7.10.1.8. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas tempestivamente.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de decair o direito da contratação.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste processo de despesa consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei 14.133/2021.

8.3.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e na Lei municipal nº 2.072 de 10 de maio de 2021.

8.3.3. O fiscal realizará avaliação diária, semanal e mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.3.4. A conformidade dos veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.3.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8.3.8. O Fiscal do Contrato terá o encargo de realizar a fiscalização e controle das obrigações contratuais assumidas pela Contratada, bem como as estipuladas neste Termo de Referência, Edital de Licitação, Lei municipal nº 2.072 de 10 de maio de 2021 e demais regulamentos que regem a matéria.

8.3.9. O contratado deverá manter preposto na cidade de São Miguel do Guaporé para representá-lo durante a execução contratual.

8.3.10. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

8.4. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.4.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, conforme os dispostos nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações. Nos casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.4.2. Da mesma forma, serão motivo de rescisão do contrato as seguintes situações:

- a) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução dos serviços;
- b) Procedimento irregular da CONTRATADA que venha causar transtornos ou prejuízos à CONTRATANTE e/ou terceiros;
- c) Transferência ou cessão do objeto do contrato para terceiros;
- d) A falência ou liquidação da CONTRATADA;
- e) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- f) A lentidão no cumprimento do contrato;
- g) Atraso no início da prestação do serviço;
- h) Paralisação total ou parcial do serviço;
- i) Desatendimento das determinações da CONTRATANTE;
- j) O cometimento reiterado de faltas;

8.4.2. Em caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar a CONTRATANTE num prazo não inferior a 15 (quinze) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter a concordância da CONTRATANTE.

8.4.3. Na ocorrência de rescisão unilateral, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo os casos previstos na Lei 14.133/21.

9. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. DA REVISÃO

9.1.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

9.1.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

9.1.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

a) relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre está e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;

b) cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;

c) comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço já executado;

d) o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";

e) as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

9.1.4. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

9.1.5. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

9.1.6. Não será concedida a revisão quando:

a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;

c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

9.1.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

9.2. DA REPACTUAÇÃO:

9.2.1. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, bem como de toda a documentação que comprove que a contratada arcou com os mesmos.

9.2.2. Apenas a planilha de formação de custos utilizada na apresentação da proposta vencedora do certame licitatório servirá como documento idôneo para avaliação do valor referente à futura repactuação.

9.2.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto

quando, posteriormente, se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

9.2.4. Para a concessão da primeira repactuação deverá ser obedecido o interregno mínimo de 01 (um) ano que será contado a partir:

I - Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; e

II - Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

9.2.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de vigência dos valores adotados na última repactuação.

9.2.6. A repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação dos custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, respeitado o princípio da anualidade.

9.2.7. Na repactuação do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve ser repassado integralmente o aumento dos custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

9.2.8. A administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabelecem valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.2.9. A repactuação em função da variação de custos decorrente do mercado, somente poderá ser concedida mediante negociação entre as partes, observando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

9.2.10. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e contemplando apenas a diferença porventura existente.

9.2.11. Ocorrerá a preclusão lógica quando o contratado não requerer o reajuste e/ou a repactuação a que fizer jus em momento oportuno, ou seja, anterior à assinatura do termo aditivo de prorrogação.

9.2.12. A solicitação de repactuação deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada.

9.2.13. A formalização da solicitação de repactuação deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha de proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Todos os documentos que comprovem que a contratada arcou com custos relacionados ao objeto contratual além do que o esperado;

IV - Cópia do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

9.3. DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.3.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disciplina o art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

9.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ou

outro mais vantajoso para a administração pública, conforme Instrução Normativa n. 028/CGM/2023.

9.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.4. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto, ou após a prorrogação de prazo, conforme parágrafo único do art. 131 da lei 14.133/2021.

9.3.5. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do subitem 9.3.1.

9.3.6. O reajuste será formalizado por apostilamento.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa com Transporte Escolar está prevista no Plano PluriAnual da Secretaria Municipal de Educação.

Funcional Programática: 05.001.12.361.0005.1.010 05.001.12.361.0005.2.054

05.001.12.361.0005.2.057 05.001.12.361.0005.2.058 05.001.12.361.0005.2.090.

11.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente

11. DO PAGAMENTO

indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

11.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Serviço.

11.1.3. A nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos serviços e valores conforme o empenho.

11.1.4. Deve acompanhar a nota fiscal toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular perante a fazenda pública municipal, estadual, federal e, trabalhista e previdência social.

11.1.5. O pagamento somente será efetuado após emissão de termo de recebimento definitivo, caso identifique irregularidade de prejudique a realização do paramento, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município.

11.1.6. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

11.1.7. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

11.1.8. A nota fiscal deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

11.1.9. Quando identificada irregularidade da contratada perante a fazenda pública municipal, o Departamento Financeiro providenciará a realização do encontro de contas para regularização de débitos existentes.

11.1.10. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

- Nome do Banco;
- Número e Nome da Agência Bancária e o Número da Conta Corrente.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a adequada liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.7. Persistindo a irregularidade, a contratante poderá adotar as medidas necessárias extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.3. DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.3.1. As licitantes deverão, como requisito de pré-habilitação, prestar garantia da proposta na proporção de 1% (um por cento) do valor global estimado para a presente contratação, conforme art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: CAUÇÃO EM DINHEIRO, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA.

a) A Garantia na forma de Caução em dinheiro deverá ser depositada a favor da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, na **Conta Corrente n.º 7.877-8, Agência n.º 1401 X, BANCO DO BRASIL S/A**.

b) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.3.2. A garantia da proposta será executada:

a) Se o licitante retirar sua proposta durante o período de validade, ou

b) No caso do licitante vencedor, se este, dentro do limite do tempo especificado, não assinar o contrato ou não fornecer a garantia de execução exigidas.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.70 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os [itens 2.5.1. e 3.6. deste edital](#).

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

12.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

12.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

12.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

12.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura

do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.3.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a).

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de

novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. No envio da documentação exigida seja rigorosamente observado, em estrita conformidade com as disposições previstas tanto no *Edital* e no *Termo de Referência*, os quais integram o instrumento convocatório e vinculam tanto a Administração quanto os licitantes, nos termos do art. 5º, art. 18 e art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.19. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (**RG**) e (**CPF**), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º](#)

[do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.](#)

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

13.20. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.21. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o licitante prestou ou está prestando, a contento, fornecimento com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado na forma do Inc. II, do Art. 67, da Lei nº. 14.133/21, observando as peculiaridades do objeto deste Pregão.

b) O(a) pregoeiro (a) diligenciará a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo:

b.1.) NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.

b.2.) O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

b.3) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante de no **minimo 1 atestado de capacidade** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quantidades equivalentes com no mínimo 50% do total do objeto da licitação.

b.4) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b.5) Declaração de disponibilidade dos veículos para a execução dos serviços assumidos pela licitante, informando marca, modelo, capacidade de transporte de passageiros do mesmo, declarando ainda, que os serviços serão prestados por motoristas habilitados com carteira nacional de habilitação na categoria "D" ou "E";

b.6) Fica a empresa vencedora obrigada a declarar que atenderá integralmente os horários e percursos previstos pela Secretaria Municipal de Educação os quais são objeto de licitação;

b.7) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

13.22. Da Qualificação Econômica e Financeira:

13.22.1. Deverá ser enviado:

a) Certidão Negativa de **Falência** ou **Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da sua emissão

pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) BALANÇO PATRIMONIAL e demonstração de resultado do exercício de 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis e apresentados na forma da Lei, com o número da página transcrito do Livro Diário, e registro na Junta Comercial, demonstrativo da boa situação econômica e financeira do licitante, consubstanciada nos seguintes índices:

b.1) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

c1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (ILG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Índice de Endividamento Geral (IEG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

ILC= Liquidez Corrente – superiores a 1

ILG= Liquidez Geral – superiores a 1

IEG= Solvência Geral – inferior a 0,80

c) Declaração de profissional contábil atestando o cumprimento dos índices exigidos no edital.

d) Os documentos exigidos para qualificação econômico financeira também poderão ser apresentados em forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) juntamente com balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) com status “autenticado” e recibo de entrega de livro digital junto a Receita Federal;

13.23. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta).

13.23.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23.2. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame exclusivamente na plataforma Licitanet.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente na plataforma Licitanet no prazo de **até 3 (três) dias úteis** da data fixada para abertura da sessão pública.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente

de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do município, acessível em <https://transparencia.saomiguel.ro.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes>

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato.

16.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.3. dar causa à inexecução total do contrato.

16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

16.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

16.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

16.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta neste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 16.1.2 a 16.1.7** deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos **dos subitens 16.1.8 a 16.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no capítulo X DAS INFRAÇÕES AO TRANSPORTE ESCOLAR, da LEI Nº 3.588, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023, Art. 35, 36, 37, 38, 39 e 40, conforme abaixo:

Art. 35. Sem prejuízo das infrações e penas cominadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pela Lei de Licitações, e pelas demais normas aplicáveis, será instaurado o competente processo administrativo, para apurar eventuais prejuízos à administração, acaso ocorra descumprimento contratual ou funcional por parte do contratado ou condutor.

§ 1º As infrações referentes às condições do veículo, de natureza gravíssima, acarretarão obrigação de nova vistoria no veículo, que será obrigatória para a retomada da execução dos serviços.

§ 2º As infrações administrativas e as respectivas penas transcritas no edital de licitação e nos contratos administrativos firmados, facultando-se à Administração a instituição de outras infrações administrativas e penalidades inerentes, além das previstas nesta Lei.

Art. 36. Consideram-se infrações leves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Utilizar veículo fora da padronização;
- II - Fumar ou conduzir acesos cigarros ou semelhantes;
- III - Conduzir o veículo trajado inadequadamente;
- IV - Omitir informações solicitadas pela Administração;
- V - Deixar de fixar a autorização estadual para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo, na parte interna do veículo;
- VI - Deixar de fixar a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela Administração;
- VII - Operar sem portar a relação atualizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados.

Art. 37. Consideram-se infrações médias, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 20 (vinte) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Desobedecer às orientações da fiscalização;
- II - Conduzir o veículo sem o prefixo fornecido pela administração;
- III - Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- IV - Abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- V - Deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido;
- VI - Manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- VII - deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado;
- VIII - realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização pela administração, do responsável pelo aluno ou independente de força maior;
- IX - Embarcar ou desembarcar alunos ou professores em escolas não autorizadas pela administração;
- X - Desobedecer às leis de trânsito, as normas e regulamentos da Administração;
- XI - descumprir os horários determinados pela administração.

Art. 38. Consideram-se infrações graves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;
 - II - Alterar ou rasurar o selo de vistoria;
 - III - Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela administração;
 - IV - Negar a apresentação de documentação à fiscalização;
 - V - Não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela administração;
 - VI - Transportar passageiros não autorizados pela administração;
 - VII - Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;
 - VIII - Conduzir veículos com imprudência ou negligência;
 - IX - Parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos autorizados pela administração.
- Parágrafo único. No caso de reincidência das infrações descritas neste artigo, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

Art. 39. Consideram-se infrações gravíssimas, puníveis com advertência escrita e multa de 40 (quarenta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Deixar de operar trajetos sem motivo justificado;
- II - Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;
- III - Trafegar com as portas abertas;
- IV - Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas, ou com uso de psicofármacos, ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos lícitos;
- V - A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com condições de segurança;
- VI - Operar com veículos que não contém os requisitos legais para o transporte de escolares ou não apresente as condições exigidas pela legislação de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares e de passageiros;
- VII - Conduzir veículos sem a habilitação ou outros requisitos exigidos para o transporte de escolares;
- VIII - Assediar sexualmente ou moralmente os usuários do transporte escolar;
- IX - Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;
- X - A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação de serviços públicos.
- XI - Violar as prescrições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. No caso de reincidência das infrações descritas neste artigo, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

Art. 40. Além da advertência e da multa prevista nesta lei, o infrator está sujeito a rescisão contratual nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislações aplicáveis, sendo no processo administrativo.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.9. Além das situações acima apresentada, deverá ser observada as demais disposições da Lei municipal nº 2.072 de 10 de maio de 2021.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. Informações aos interessados no horário de 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência Municipal de Licitações, sala 08, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de São Miguel do Guaporé/RO, acessível em <https://saomiguel.ro.gov.br/publicacoes-municipais/>, Portal Transparencia em <https://transparencia.saomiguel.ro.gov.br/portaltransparencia/1/>

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo- se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

São Miguel do Guaporé/RO, 29 de dezembro de 2025.

Autorizado por: Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente de Licitações
Portaria nº 285/Gab/2025

Digitado por: Jonatas Souza Sampaio

Gerente de Execução e Controle de Licitação
Portaria nº 318/Gab/2025

ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar no Município de São Miguel do Guaporé/RO para atender a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Lote único:

Item	Descrição do itinerário. Ano do veículo 2015 acima	Km diários	Dias letivos	Km total	Valor Por km	Valor total
01	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. VEÍCULO SAI DA FAZENDA DO DELEGADO ATÉ A LINHA 62 POR 4 KM, SEGUE ATÉ A SEGUNDA SEDE DA FAZENDA GR POR 9 KM, RETORNA OS MESMOS 9 KM ATÉ A LINHA 70, SEGUE ATÉ A LINHA 78 POR 14,3 KM, SEGUE POR MAIS 6,8 KM, RETORNA OS MESMOS 6,8 KM ATÉ A SEDE DA FAZENDA JOÃO RAMIRES. SEGUE PELA LINHA 78 POR 6 KM, ADENTRA NA PRIMEIRA SEDE DA FAZENDA GR POR 3 KM, RETORNA OS MESMOS 3 KM, SEGUE PELA LINHA 78 POR 43 KM ATÉ A RO-481, SEGUE NA RO POR 2 KM, ADENTRA NO TRAVESSÃO POR 2 KM, RETORNA OS MESMOS 2 KM ATÉ A GRANJA DO PAULO CANTELLI. SEGUE PELA RO 481 ATÉ O POSTO TEIXEIRA II POR 2 KM, SEGUE NA AVENIDA 16 DE JUNHO ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL POR 1,5 KM. PERFAZENDO UM TOTAL DE 110,9 X 2= 221,8 (SEM PAVIMENTO) E 3,5 X 2= 7 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 228,8 KM DIÁRIOS COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	228,8	204	46.675,2	R\$ 16,27	R\$ 759.405,50
02	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO DAS ESCOLAS E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL E.E.E.F.M. DEONILDO CARAGNATTO E.M.E.I.E.F. LÁZARA ALVES DE LIMA E.M.E.I.E.F. TIO TÊCO. ÔNIBUS SAI FAZENDA ZANATTO, ENTRA NO TRAVESSÃO DA P40 SEGUE POR 02 KM, ATÉ A LINHA 74 SUL, ADRENTRANDO NA LINHA 72 SUL POR 5 KM, RETORNA OS MESMOS 5 KM SEGUE POR 21,7 KM ATÉ A BR 429 SEGUE NA BR 429 POR 08 KM ATÉ O POSTO	92	204	18.768	R\$ 20,95	R\$ 393.189,60

	IPIRANGA SEGUE NA AVENIDA 16 DE JUNHO POR 4,3 KM ENTREGANDO OS ALUNOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS. PERFAZENDO UM TOTAL DE $33,7 \times 2 = 67,4$ (SEM PAVIMENTO) E $12,3 \times 2 = 24,6$ KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 92 KM DIÁRIOS COM A NECESSIDADE DE MONITOR.					
03	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO E NOTURNO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO FINAL DA LINHA 82 SUL DIVISA COM A FUNAI ATÉ A LINHA P-40 POR 7 KM PERCORRE NA LINHA P-40 SENTIDO LINHA 86 POR 2 KM RETORNA OS MESMOS 2 KM ATÉ A LINHA 82, SEGUE PELA LINHA SENTIDO A RO 481 POR 19,8 KM ATÉ O POSTO IPIRANGA II SEGUE NA LINHA 82 ATÉ A SEDE DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO POR 3,5 KM ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL. PERFAZENDO UM TOTAL DE $30,8 \times 4 = 123,2$ KM (SEM PAVIMENTO) E $3,5 \times 4 = 14$ KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 137,2 KM DIÁRIOS COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	137,2	204	27.988,8	R\$ 15,83	R\$ 443.062,70
04	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO NOTURNO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO KM 02 DO TRAVESSÃO DA P-40 QUE LIGA A LINHA 78 A LINHA 74, SEGUE PELA LINHA 78 ATÉ O TRAVESSÃO DO NELSON PELADO POR 8,7 KM, ADENTRA NO TRAVESSÃO POR 02 KM E RETORNA OS MESMOS 02 KM SEGUE PELA LINHA 78 ATÉ A RO 481 POR 10,3 KM ADENTRA POR 02 KM ATÉ A IGREJA PENTECOSTAL E RETORNA PELOS MESMOS 02 KM ATÉ A RO 481, SEGUE NA RODOVIA 481 POR 04 KM ATÉ O TREVO DO POSTO IPIRANGA II SEGUE NA LINHA 82 ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO POR 3,5 KM ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL. PERFAZENDO UM TOTAL DE $33 \times 2 = 66$ KM (SEM PAVIMENTO) E $3,5 \times 2 = 7$ KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 73 KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	73	204	14.892	R\$ 26,11	R\$ 388.830,12
05	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO E NOTURNO, DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO FINAL DA LINHA 90 SUL, (FUNAI) SEGUE PELA LINHA SENTIDO A RO 481 POR 20 KM, VIRA À ESQUERDA PERCORRE A RO 481 ATÉ A LINHA 82 POR 8 KM, VIRA À DIREITA NA LINHA 82 PERCORRE ATÉ A SEDE DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO	126	204	25.704	R\$ 16,87	R\$ 433.626,48

	POR 3,5 KM ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL PERFAZENDO UM TOTAL DE 20 X 4= 80 KM (SEM PAVIMENTO) E 11,5 X 4 = 46 KM (COM PAVIMENTO). TOTALIZANDO 126 KM DIÁRIOS COM A NECESSIDADE DE MONITOR.					
06	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO E NOTURNO, DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO FINAL DA LINHA 86, 2ª (SEGUNDA SEDE DOS ÍNDIOS), PERCORRE PELA LINHA SENTIDO BOCA ATÉ A RODOVIA 481 POR 26,9 KM. VIRA À ESQUERDA NA RODOVIA 481, POR UM PERCURSO DE 04 KM ATÉ A LINHA 82, SEGUE PELA LINHA 82 POR 3,5 KM ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL. PERFAZENDO UM TOTAL DE 26,9 X 4 = 107,6 KM (SEM PAVIMENTO) E 7,5 X 4= 30 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 137,6 KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	137,6	204	28.070,4	RS 16,03	RS 449.968,51
07	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL NO PERÍODO VESPERTINO E NOTURNO. PERÍODO VESPERTINO ÔNIBUS SAI DA ESCOLA PRIMAVERA EM SANTANA DO GUAPORÉ SEGUE PELA BR 481, POR 08 KM ATÉ A LINHA 98 NORTE. ADENTRA NA LINHA POR 10 KM, RETORNA OS MESMOS 10 KM ATÉ A RO 481, SEGUE PELA RO 481 ATÉ A LINHA 94 NORTE POR 04 KM, ADENTRA NA LINHA 94 NORTE, SEGUE ATÉ O TRAVESSÃO QUE LIGA A LINHA 98 POR 9,7 KM, ADENTRA NO TRAVESSÃO DA LINHA 98 POR 2 KM E RETORNA OS MESMOS 2 KM ATÉ A LINHA 94, SEGUE PELA LINHA ATÉ O TRAVESSÃO POR 1,7 ADENTRA NO TRAVESSÃO QUE LIGA A BR 429 POR 4 KM, PERCORRE NA BR 429 ATÉ A RUA TANCREDO NEVES BAIRRO NOVO ORIENTE POR 11,9 KM ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL. PERFAZENDO UM TOTAL DE 39,4 X 2= 78,8 KM (SEM PAVIMENTO) E 23,9 X 2= 47,8 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 126,6 KM NO PERÍODO VESPERTINO. PERÍODO NOTURNO ÔNIBUS SAI DA ESCOLA PRIMAVERA EM SANTANA DO GUAPORÉ SEGUE PELA BR 481, ATÉ O TREVO POR 24 KM, SEGUE PELA LINHA 82 POR 3,5 KM ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA PRINCESA ISABEL. PERFAZENDO UM TOTAL DE 27,5 X 2= 55 KM DIÁRIOS. (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 55 KM DIÁRIOS NO PERÍODO NOTURNO. TOTAL DE KM 126,6 + 55 = 181,6	181,6	204	37.046,4	RS 17,13	RS 634.604,83

	KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.					
08	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO PÉ DA SERRA DA LINHA 94 SUL, SEGUINDO PELA LINHA ATÉ O TRAVESSÃO DO VALDIRÃO, POR 10,9 KM, ADENTRA NO TRAVESSÃO POR 04 KM, RETORNA OS MESMOS 04 KM, PERCORRE ATÉ A BR 481 POR 4 KM, SEGUINDO PELA BR 481 ATÉ O TREVO POR 12 KM, SEGUE PELA LINHA 82 POR 3,5 KM ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL PERFAZENDO UM TOTAL DE 22,9 X 2= 45,8 KM (SEM PAVIMENTO) E 15,5 X 2= 31 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 76,8 KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	76,8	204	15.667,2	R\$ 24,78	R\$ 388.233,22
09	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO E NOTURNO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DA ALTURA DO KM 3,5 NO TRAVESSÃO DA LINHA 102 SUL, QUE DÁ ACESSO A LINHA 98, SEGUE PELA LINHA ATÉ A BR 481 POR 11,2 KM, SEGUE PELA RO 481 ATÉ O POSTO TEIXEIRA, POR 16 KM, SEGUE PELA LINHA 82 POR 3,5 KM, ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO, ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA ESTADUAL PERFAZENDO UM TOTAL DE 14,7 X 4= 58,8 KM (SEM PAVIMENTO) E 19,5 X 4= 78 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 136,8 KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	136,8	204	27.907,2	R\$ 16,10	R\$ 449.305,92
10	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRIMAVERA EXTENSÃO PRINCESA ISABEL. ÔNIBUS SAI DO PÉ DA SERRA, DA LINHA 106 SUL POR 1,7 KM, ADENTRA NO TRAVESSÃO DO JOÁ POR 3,6 KM ATÉ A LINHA 108 SUL, RETORNA OS MESMOS 3,6 KM, SEGUE PELA LINHA 106 SUL POR 15,5 KM, ATÉ A ESCOLA PRIMAVERA, DISTRITO DE SANTANA DO GUAPORÉ. PERFAZENDO UM TOTAL DE 24,4 X 4= 97,6 KM DIÁRIOS. (SEM PAVIMENTO) COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	97,6	204	19.910,4	R\$ 21,31	R\$ 424.290,62
11	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO DA ESCOLA E.M.E.L.E.F. PRIMAVERA. ÔNIBUS SAI DA ALTURA DO KM 0 DA LINHA 106 NORTE SENTIDO RO 481 POR 14,5 KM, VIRA À ESQUERDA NA RO 481 SENTIDO LINHA 110 POR 4 KM RETORNA 3,8 ATÉ A	89,2	204	18.196,8	R\$ 22,65	R\$ 412.157,52

	ESCOLA PRIMAVERA EM SANTANA DO GUAPORÉ PERFAZENDO UM TOTAL DE 14,5 X 4= 58 KM (SEM PAVIMENTO) E 7,8 X 4 = 31,2 KM (COM PAVIMENTO). TOTALIZANDO 89,2 KM DIÁRIOS, COM A NECESSIDADE DE MONITOR.					
12	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO VESPERTINO DA ESCOLA E.M.E.I.E.F. PRIMAVERA. ÔNIBUS SAI DA FUNAI DA LINHA 108 SUL POR 16,3 KM ATÉ A LINHA 106 SUL, ADENTRA NO TRAVESSÃO DA LINHA 106 SUL POR 3,15 KM RETORNA OS MESMOS 3,15 KM SEGUE PELA LINHA 106 POR 15,5 KM ATÉ A ESCOLA E.M.E.I.E.F. PRIMAVERA EXTENSÃO PRINCESA ISABEL PERFAZENDO UM TOTAL DE 38,1 X 2= 76,2 KM DIÁRIOS (SEM PAVIMENTO) COM A NECESSIDADE DE MONITOR.	76,2	204	15.544,8	R\$ 25,28	R\$ 392.972,54
13	CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS DO (SETOR PRIMAVERA) NO PERÍODO VESPERTINO DA E.M.E.I.E.F. CARLOS GOMES. ÔNIBUS SAI DA SEGUNDA SEDE DA FAZENDA GR POR 4 KM, SEGUE ATÉ A ESTRADA DO DELEGADO POR 4,4 KM RETORNA OS MESMOS 4,4 KM , ATÉ O PORTEIRÃO, SEGUE ATÉ A ESTRADA DO DELEGADO POR 14,3 KM, PERCORRE ATÉ A PRIMEIRA SEDE DA GR 1,5 KM, RETORNA 1,5 KM, ATÉ A ESTRADA FAZENDA ASA BRANCA, PERCORRE 2,4 KM NA FAZENDA RETORNA 2,4 KM, ATÉ A ESTRADA DO RAMIRES, PERCORRE 4,9 KM, RETORNA OS 4,9 KM, ATÉ A ESTRADA FAZENDA ASA BRANCA PERCORRE 4,2 KM, RETORNA OS MESMOS 4,2 KM ATÉ O PORTEIRÃO, PERCORRE DO PORTEIRÃO ATÉ A ESTRADA DO MIGUEL RAMIRES 2,0 KM, RETORNA OS MESMOS 2,0 KM, SEGUE PELA ESTRADA ATÉ A ESCOLA CARLOS GOMES POR 31,1 KM PERFAZENDO UM TOTAL DE 88,2 X 2= 176,4 KM DIÁRIOS. (SEM PAVIMENTO) COM A NECESSIDADE DE MONITOR	176,4	204	35.985,6	R\$ 13,77	R\$ 495.521,71
14	CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ÔNIBUS FIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 38 ESTUDANTES SENTADOS PARA ATENDER OS ALUNOS NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO DA ESCOLA E.E.E.F.M. PRIMAVERA. ONDE UM ÔNIBUS SAI DO FINAL DA LINHA 102 SUL DIVISA COM A FUNAI POR 4,4 KM, ATÉ A FAZENDA DOS LIMANA SEGUE PELO ENTRONCAMENTO DA LINHA 102 POR 1,7 KM, RETORNA OS MESMOS 1,7 KM ATÉ A LINHA 102, PERCORRE NA LINHA 102 ATÉ A RO 481 POR 14,6 KM, VIRA À DIREITA SENTIDO SANTANA DO GUAPORÉ ATÉ A ESCOLA PRIMAVERA POR 4,3 KM, ENTREGANDO OS ALUNOS NA ESCOLA PRIMAVERA DISTRITO DE	168	204	34.272	R\$ 14,23	R\$ 487.690,56

SANTANA PERFAZENDO UM TOTAL DE 12,4 X 4= 89,6 KM, (SEM PAVIMENTO) E 4,3 X 4= 17,2 (COM PAVIMENTO). O SEGUNDO VEÍCULO SAI DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, NA ALTURA DO KM 11, DA LINHA 102 SUL, SEGUE ATÉ A RO 481, PERCORRE NA RO 481 POR 4,3 KM ATÉ A ESCOLA EMEF EF. PRIMAVERA, PERFAZENDO UM TOTAL DE 11 X 4= 44 KM (SEM PAVIMENTO) E 4,3 X 4= 17,2 KM (COM PAVIMENTO) TOTALIZANDO 106,8 + 61,2= 168 KM DIÁRIOS. COM A NECESSIDADE DE MONITOR.					
VALOR TOTAL: R\$					
6.552.859,85					

1.2. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos contado da assinatura do mesmo, na forma do artigo 106, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado respeitada a vigência máxima decenal, cabendo a autoridade competente atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 do mesmo dispositivo legal.

1.3 DA CAPACIDADE DE PASSAGEIROS

Vale ressaltar que existirá uma quantidade mínima de passageiros que cada ônibus escolar deverá transportar por itinerário, segue tabelas abaixo com a relação dos itinerários dos respectivos itens 1.2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14.

TOTAL EM KM 1.797,2											
Trajeto	Escolas Atendidas		Frota	Tipo de veículo	Capacidade	Dias letivos	Horários		Total da quilometragem diária	Total da quilometragem 204 dias letivos	Turno
	Estadual	Municipal	Terceirizada	Ônibus			Saída	Chegada			
1	Esc. Princesa Isabel,		Terceirizada	Ônibus	38	204	10:30	12:30	228,8	46.675,2	Vespertino
							17:00	19:00			
2	Esc. Princesa Isabel, esc. Dionísio Caragratto	Escola Lázaro Alves de Lima, e Tio Teco	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30	12:50	92	18.768	Vespertino
							17:00	18:30			

3	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	12:00 12:45 17:00 18:00 18:00 18:45 23:00 00:20	137,2	27.988,8	Vespertino Noturno
4	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:40 12:50 17:00 18:00 18:00 18:50 23:00 23:55	126	25.704	Vespertino Noturno
5	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30 12:50 17:00 18:20	76,8	15.867,2	Vespertino
6	Esc. Primavera extensão Princesa	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	05:50 06:50 11:00 11:50 12:05 13:00 17:00 18:05	97,6	19.910,4	Matutino vespertino
7	Esc. Primavera extensão Princesa	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	06:00 07:00 11:00 12:00 12:00 13:00 17:00 18:00	89,2	18.196,8	Matutino vespertino
8	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	18:00 18:55 23:00 00:10	73	14.892	Noturno
9	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30 12:40 17:00 18:00 18:00 19:00 23:00 00:00	137,6	28.070,4	Vespertino Noturno
10	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:45 13:00 17:00 18:15 18:15 18:50 23:00 23:50	181,6	37.046,4	Vespertino Noturno
11	Esc. Princesa Isabel	-	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:30 12:40 17:00 18:00 18:10 18:50 23:00 23:50	136,8	27.907,2	Vespertino Noturno
12	Esc. Primavera extensão Princesa Isabel	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	11:45 12:50 17:00 18:10	76,2	15.548,8	Vespertino
13	-	Escola Carlos Gomes	Terceirizada	Ônibus	38	204	10:00 12:00 16:15 18:15	176,4	35.985,6	Vespertino



14	Esc. Primavera extensão Princesa Isabel	Escola Primavera	Terceirizada	Ônibus	38	204	05:50 11:00 12:05 17:00	07:00 12:05 13:00 18:05	168	34.272	Matutino vespertino
----	--	---------------------	--------------	--------	----	-----	----------------------------------	----------------------------------	-----	--------	------------------------

Ressalta-se que no momento da contratação serão encaminhadas para a empresa contratada as rotas com os percursos, ademais, durante a execução contratual as rotas poderão sofrer alteração, acrescentando ou suprimindo quilometragem. Assim, segue os itinerários no item 1.1 com relação aos trajetos que deverão ser percorridos. A contratada deverá disponibilizar um veículo para cada trajeto licitado, **exceto o trajeto pertencente a linha 102 sul cuja quilometragem possui 168 km diários, compreendidos em dois períodos: matutino e vespertino para a escola Primavera. Esse percurso deverá ser feito exclusivamente por dois veículos conforme descrição do itinerário presente no item 1.1, não sendo permitida a realização de trajetos diferentes com outros veículos.**

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A secretaria menciona que: A estimativa do custo foi baseada em cotações realizadas por empresas que trabalham no ramo tendo como resultado final a realização do mapa comparativo de preços, onde o montante total para atender 204 dias letivos anual no valor de R\$ 6.552.859,85 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), de acordo mapa comparativo de valores em acordo a extensão da rota, capacidade do veículo, idade do veículo.

A estimativa de custo com a contratação para o período dos 5 anos de vigência contratual é de R\$ 32.764.299,25 (trinta e dois milhões setecentos sessenta e quatro mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos),

Contudo o valor para os 204 dias letivos anual é R\$ 6.552.859,85 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Multiplicado por 05 vezes, (cinco vezes) ficando o valor de R\$ 32.764.299,25 (trinta e dois milhões setecentos sessenta e quatro mil duzentos e noventa e nove reais e vinte cinco centavos) visando atender o período de 60 meses.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



O transporte escolar é uma ferramenta fundamental para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, especialmente aqueles residentes em áreas rurais. Por isso, todas as ações que visam à melhoria das condições do serviço ofertado, são de grande relevância para o aprendizado dos alunos que dele fazem uso, contribuindo para o desenvolvimento da educação municipal.

A Constituição Federal em seu art. 208 inciso VII, traz a seguinte disposição:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Nesta mesma linha de intelecção, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (lei n. 8.069/90) garante por meio do art. 54, o transporte escolar como programa suplementar e indispensável para que o estudante possa usufruir seu direito à educação. Esse mesmo direito é assegurado na lei n. 9.394/96 e art. IV da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB.

Para tanto, com o intuito de garantir direito fundamental da criança e do adolescente e ainda atender as necessidades dos alunos que necessitam do serviço de Transporte Escolar dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de São Miguel do Guaporé/RO, que residem na Zona Rural e necessitam utilizar o transporte para serem conduzidos até as unidades escolares, bem como o retorno para suas residências.

Assim sendo, compete ao Município oferecer o ensino fundamental e a educação infantil, cabendo-lhe, ainda, assegurar o transporte escolar aos alunos matriculados na sua rede de ensino, conforme dispõe o art. 11, inciso VI da Lei n. 9.394/96:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

[...]
VI. assumir o transporte escolar dos alunos na rede municipal.

Por fim, por todo o exposto, como meio de proporcionar a igualdade material e efetivo acesso à educação, evidencia-se a necessidade de o poder público realizar licitação para contratação de serviço de transporte escolar para os alunos residentes na zona rural. Frisa-se que, o atual contrato de prestação do serviço de transporte escolar se encontra próximo do fim da vigência, e por se tratar de um serviço contínuo, não podendo haver interrupção, faz se necessário a realização da licitação.



Por fim, ressalta que a escolha pela terceirização do serviço de transporte escolar segue ampara pelo estudo de viabilidade técnica realizado para escolha da prestação de serviço direta ou indireta.

3.1 ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

3.2 DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A quilometragem foi computada em cada itinerário considerando como ponto inicial o embarque do primeiro aluno e o ponto final sendo a última Unidade Escolar que o ônibus desembarca os discentes.

O cálculo para a quantidade licitada foi realizado com a estimativa de 204 dias letivos sendo 200 (duzentos) dias letivos regulares e 04 (quatro) dias letivos para recuperação, para as linhas que atendem alunos da rede municipal e estadual, em razão de que o calendário escolar da Rede Municipal de Ensino é concomitante com o calendário da Rede Estadual de Ensino.

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base em um estudo das rotas atuais, bem como acréscimo e/ou redução prevista para atender os 60 meses.

3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos serviços demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os serviços a serem contratados classificam-se como sendo comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



O transporte escolar é uma ferramenta fundamental para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, residentes em áreas rurais proporcionando uma qualidade de ensino para os alunos, conferindo oportunidades para a construção de novos conhecimentos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

A licitante deverá elaborar proposta considerando as disposições deste Termo de Referência e regulamentos que tratam sobre a Prestação de Serviço de Transporte Escolar.

Deverá ser elaborada Planilha de Composição de Custo, considerando todos os custos da licitante para eventual prestação do serviço de transporte escolar durante a vigência contratual. A proposta da licitante deverá levar em consideração a quantidade de veículos necessários para execução dos serviços, veículos reservas, quilometragem percorrida e quantidade de dias letivos considerados o lote. A proposta deverá ser elaborada considerando veículos com idade 2015 acima considerando a aferição o ano de fabricação do chassi.

A licitante poderá elaborar propostas ofertando veículos idade igual ou superior a 2015 podendo utilizar os mesmos veículos em até o 3º (terceiro) ano de contrato.

A apresentação de veículos novos não altera a estimativa de custo definida pela administração para a prestação dos serviços de transporte escolar.

5.2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas no edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;

Não serão admitidas empresas que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública municipal ou ainda as declaradas inidôneas, na forma das leis e regulamentos citados no Edital;

Fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido



penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Os serviços deverão ser executados exclusivamente pela empresa vencedora do certame, sendo vedada a subcontratação e sublocação, salvo os veículos provenientes de arrendamento mercantil.

5.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Para assinatura do contrato será exigido da contratada, a título de garantia o montante de 5% (cinco por cento) do valor total estimado para 1 (um) ano do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/21, podendo esta ser prestada através de uma das modalidades previstas no §1º, do art. 96 da mesma lei, sendo que a garantia prestada deverá ser requerida e liberada e/ou restituída após a execução do contrato e, quando prestada em dinheiro, o valor deverá ser atualizado monetariamente.

A garantia, quando prestada em forma de apólice de seguro ou outra forma que por sua natureza requeira atualização periódica em razão da vigência pré-estabelecida, deverá a Contratada estar atenta aos prazos renovação, para que não haja interrupção da garantia devida;

Não será aceita garantia contratual contratada com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cujas cláusulas pactuadas estejam previstas o não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual e;

A empresa contratada deverá repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela Contratada.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

- a) Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;
- b) Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- c) Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- d) Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;



e) Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esses acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

f) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante vigência do contrato;

g) Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

h) Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

5.6. DA VISTORIA PRÉVIA

Após declarado o vencedor do certame licitatório a empresa vencedora será formalmente convocada para no prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar os veículos destinados à execução dos serviços para vistoria prévia, sob pena de não adjudicação do objeto, a qual será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A empresa deverá apresentar veículos com ano fabricação não anterior ao ano de 2015, sendo considerada o ano de fabricação do chassi.

A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à apresentação do laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN- RO, bem como aprovação na inspeção a ser realizada pelo Município de São Miguel do Guaporé/RO.

Será elaborado relatório circunstanciado, registrando-se as condições operacionais do objeto contratual, o qual será anexado aos autos.

Na hipótese de reprovação dos veículos na vistoria destinada à emissão da ordem de serviço, a empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis regularização da situação encontrada.

A Contratada deverá apresentar os veículos semestralmente para Vistoria Técnica.

Todas as despesas originadas com as Vistorias solicitadas serão de responsabilidade da Contratada.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. PRAZO DE EXECUÇÃO

Na Ordem de Serviço será indicada a data de início do serviço que será elaborado conforme calendário escolar letivo anexo ao processo.



A relação de itinerários, turnos, alunos, que serão transportados, bem como respectivas localidades que está informada no itinerário no item 1.1 deste TR. Podendo ser repassa pelo Departamento de Transporte no momento do envio da ordem de serviço.

A empresa deverá seguir rigorosamente os horários descritos nos itinerários no item 1.3 deste TR. E os mesmos poderão ser encaminhados, para que não haja prejuízo ao calendário escolar.

6.2 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os roteiros poderão sofrer alteração durante a execução contratual, gerando acréscimo ou supressão de quilometragem.

Os veículos contratados poderão ser utilizados pela Administração Pública municipal durante a vigência contratual para fins de interesse público, sendo a empresa comunicada com prazo de antecedência necessária. O custo da contratação será pago pela Administração Pública municipal com recursos apropriados para pagamento da despesa.

Em caso de substituição do veículo, motorista ou monitor, qualquer que seja a motivação, a Contratada deverá informar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, devendo em todos os casos o substituto preencher as mesmas condições e requisitos impostos ao titular.

A contratada deverá enviar à Contratante semestralmente, antes do início período letivo, cópia dos Laudos de Vistoria emitidos pelo Detran/Ciretran - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ RO, conforme calendário escolar definido pela Secretaria Municipal de Educação.

Os veículos não aprovados na inspeção serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para a devida regularização.

Para cada ônibus a contratada deverá disponibilizar 01 (um) motorista e 01 (um) monitor devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.

Os serviços deverão ser executados exclusivamente pela empresa vencedora do certame, sendo vedada a subcontratação e sublocação, salvo os veículos provenientes de arrendamento mercantil.

A contratada deverá estar no local de partida dos alunos com 10 (dez) minutos de antecedência do horário marcado, cumprindo rigorosamente as demais paradas do itinerário fornecido pela contratante, não sendo admitidos atrasos nos pontos de embarque dos alunos.



Poderão ser incluídas atividades extracurriculares a serem realizadas durante os fins de semana, a critério da Secretaria Municipal de Educação, desde que faça parte do Projeto Pedagógico das Unidades Escolares.

Os ônibus reservas deverão possuir capacidade mínima de passageiros sentados suficiente para transportar os alunos conforme mapa de rotas e itinerários, apresentando as mesmas condições e requisitos do ônibus titular.

Os custos das alterações de rotas que não ultrapasse 7% da quilometragem originalmente definida para o lote, deverão ser suportados pelo contratado.

A empresa que concorrer na licitação deverá ter conhecimento dos percursos, pois conforme definido nos itinerários haverá rotas pavimentados e não pavimentados.

6.3 DO CONDUTOR/ MOTORISTA

Atribuições do condutor do veículo de transporte escolar:

Idade superior a 21 anos;

Vistoriar o veículo sob sua responsabilidade, atestando que ele preenche todas as condições previstas na legislação brasileira de trânsito e normas de segurança, devendo em caso de falhas solicitar uso do veículo reserva;

Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

Conduzir veículo em consonância com as normas de trânsito e direção defensiva;

Zelar pela conservação e limpeza do veículo, devendo o mesmo estar diariamente higienizado para receber alunos;

Tratar os alunos com educação e cordialidade;

Para nos pontos de embarque e desembarque que serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação

Não ingerir e não exibir bebida alcoólica a escolares ou dirigir alcoolizado;

Não fumar e não permitir o uso de fumo durante o tempo em que estiver transportando os escolares;

Cumprir os horários pré-estabelecidos para rotas e itinerários;



Portar todos os documentos dos veículos e do condutor, incluindo a carteira nacional de habilitação e o certificado do curso de condutor de escolares;

Não transportar e não permitir transporte de passageiro em pé;

Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

Verificar antes de colocar o veículo em movimento, que os usuários/ alunos estão devidamente assentados e em condições de segurança para continuidade do trajeto;

Não conceder e não permitir que se conceda carona nos veículos de transporte escolar

É expressamente proibido aos condutores de veículo de transporte escolar, manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação de serviços.

São requisitos mínimos para os condutores do veículo de transporte escolar:

Ter como nível de escolaridade mínima, o ensino fundamental incompleto;

Estar em perfeitas condições de saúde, atestado por profissional médico habilitado para tanto;

Ter idade superior a 21 anos, conforme CTB e Resoluções do Contran;

Ser habilitado na categoria D;

Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

O uso obrigatório de crachá de identificação (conforme padrão da contratada) e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e seus dados pessoais;

Apresentar certificado de curso especializado nos termos do Artigo 145, inciso IV do CTB;

Apresentar certidão de antecedentes criminais anualmente;

Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.

Constar na CNH, no campo de observações os seguintes dizeres: "Exerce atividade remunerada";



Uso obrigatório de uniforme, conforme padrão da contratada, bem como os equipamentos individuais de segurança a serem fornecidos pela contratada.

Apresentar curso de Condutor de Transporte Escolar;

O motorista indicado na forma prevista neste item poderá ser substituído durante a vigência do contrato, mediante prévia e expressa comunicação à Contratante, devendo o motorista substituto atender a todas as exigências acima elencadas.

A contratante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de condutores que não atendam aos requisitos mínimos ou que não estejam desempenhando as atribuições estabelecidas.

6.4 DOS VEÍCULOS

Os veículos deverão estar em conformidade com as exigências previstas nos art. 136 e 137 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Resolução CONTRAN nº 14, de 06 de fevereiro de 1998, Resolução CONTRAN nº 924, de 28 de março de 2022 e com as demais normas complementares expedida pelo CONTRAN/DETRAN e manual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia/DETRAN.

Cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;

Registrador de velocidade (TACÓGRAFO), aparelho instalado no painel do veículo que registra a velocidade e paradas do veículo, previsto no inc. IV, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, devendo ser obrigatoriamente eletrônico e/ou digital;

Durante toda vigência contratual, não serão aceitos veículos com data de fabricação anterior ao ano de 2015, contados a partir do ano de fabricação do chassi, parâmetro de idade mínima considerada para até 03 (três) anos de vigência contratual.

Apresentação do veículo com faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o distico ESCOLAR, em preto.

A contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da prestação de serviços, devendo o meio de transporte ser em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços. Em caso de qualquer avaria no veículo, a contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-o de modo a evitar a interrupção dos serviços do transporte escolar;



Os veículos não aprovados na inspeção de que trata o inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para as substituições dos veículos;

Adicionalmente à exigência de inspeção no inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos também serão inspecionados pela Secretaria Municipal de Educação para a verificação do cumprimento das exigências.

Em caso de parceria com o Estado de Rondônia para a prestação do serviço de transporte escolar, deverão constar adesivo com as devidas informações definidas pela Contratante.

Sempre que a Administração municipal entender necessário, poderá determinar a fixação de material impresso nos veículos, com o fim de divulgar campanhas de interesse público, observado o Código de Trânsito Brasileiro.

Fica proibido a utilização dos espaços interno e externo do veículo para divulgação comercial.

Os veículos a serem apresentados para vistoria prévia deverão estar com documentação completa e com certificado de propriedade do veículo.

Os veículos destinados a prestação do serviço de transporte escolar poderão estar em nome da empresa contratada, permitindo utilização de contrato de compra em venda com efetivação no mínimo 90 dias do certame, com firma reconhecida em cartório.

Os veículos devem dispor de equipamento de câmera-monitor de ré, susceptíveis de mostrar informações sobre o campo de visão indireta ao condutor.

Devemos informar que hoje transportamos adequadamente, já contabilizado no quantitativo geral, 3 alunos com deficiência, que necessita de transporte de veículo com acessibilidade, esses alunos são devidamente transportados pela frota própria, não sendo necessário contratação deste modelo de veículo.

Para composição deste Termo de Referência, a Secretaria informa que o município dispõe de veículos acessíveis com as seguintes placas: SLG2E88, SLG2G78, SLK9E65, THM7G41, SL4E91.

Os veículos deverão constar adesivo "PROIBIDO CARONA".

Os veículos deverão possuir extintor de incêndio com validade em dias.

Cada veículo deverá dispor de caixa de ferramentas na parte externa do veículo integrando no mínimo o a chave de roda, macaco, triângulo e cabo de força e etc.

Deverão ser observados as disposições da Lei municipal nº 2.072, de 10 de maio de 2021.



6.5 DO MONITOR DOS VEÍCULOS

O Monitor do veículo deverá:

Acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios, inclusive acompanhar o aluno na travessia de rodovias. Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar.

Orientar, auxiliar e zelar pelo uso obrigatório dos equipamentos de segurança, entre eles o cinto de segurança.

Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, coibindo a exposição de partes do corpo para fora da janela.

Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e entregá-los no ambiente interno da Unidade Escolar.

Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos veículos, evitando assim a ocorrência de acidentes no embarque e desembarque.

Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque. Verificar os horários do transporte, informando aos pais e alunos.

Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão embarcados no trajeto de retorno para residências.

O monitor do transporte escolar é o responsável por registrar em Planilha de Controle Diário do Transporte Escolar a atualização dos passageiros contendo a identificação do aluno, e a escola para qual está sendo transportado; observação se houver devidamente atestado pelo responsável, (Gestão escolar).

Tratar os alunos com urbanidade e respeito.

Comunicar ao Gestor da Escola respectiva e à SEMED, os casos de conflito, físicos ou não, envolvendo os escolares, providenciando o devido relatório da ocorrência no formulário de registro diário da execução do serviço e no livro ata que deverá ser disponibilizado pela contratada.



Ser pontual e assíduo.

Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato, este indicado pelo licitante vencedor por ocasião da contratação, na forma estabelecida neste instrumento, de maneira que a solicitação de tarefa formulada pela Contratante deverá ser retransmitida ao motorista/monitor por intermédio do superior imediato do motorista/monitor. É expressamente proibido ao monitor de veículo de transporte escolar manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação dos serviços.

São requisitos mínimos exigidos para a função de monitor de transporte escolar:

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

Ter como nível de escolaridade mínima o ensino fundamental completo, bem como ter condições e capacidade para elaborar relatórios e demais documentos exigidos para preenchimento.

Ter capacitação física e mental para a execução dos serviços, a ser atestada por profissional médico habilitado.

Apresentar certificado de curso de formação de monitor escolar, nos termos da legislação própria. Não estar cumprindo ou tenha cumprido pena, nos últimos 05 (cinco) anos.

Usar obrigatoriamente o Crachá de Identificação (conforme padrão da Contratada), e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e informações pessoais necessárias.

Apresentar Certidão de antecedentes criminais, anualmente.

Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas tempestivamente.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de decair o direito da contratação.

As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste processo de despesa consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei 14.133/2021.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e na Lei municipal nº 2.072 de 10 de maio de 2021.

O fiscal realizará avaliação diária, semanal e mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

Av. São Paulo, 1490 Bairro: Cristo Rei – CEP – 76932-000

Fone/fax (069) 3642-2350 -São Miguel do Guaporé/RO



A conformidade dos veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

O Fiscal do Contrato terá o encargo de realizar a fiscalização e controle das obrigações contratuais assumidas pela Contratada, bem como as estipuladas neste Termo de Referência, Edital de Licitação, Lei municipal nº 2.072, de 10 de maio de 2021 e demais regulamentos que regem a matéria.

O contratado deverá manter preposto na cidade de São Miguel do Guaporé para representá-lo durante a execução contratual.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

a) No primeiro dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, a empresa deverá apresentar os documentos necessários para a liquidação da despesa, e será recebido pelo membro administrativo da Secretaria, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.



b) Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, será emitido recebimento definitivo pelo Departamento de Transporte Escolar e expedido a empresa relatório da prestação de serviço para a emissão da nota fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da CONTRATADA pelas possíveis irregularidades identificadas na prestação do serviço de transporte escolar.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a adequada liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante poderá adotar as medidas necessárias extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Serviço.

A nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos serviços e valores conforme o relatório da prestação de serviço/empenho.

Deve acompanhar a nota fiscal toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular perante a fazenda pública municipal, estadual, federal e, trabalhista e previdência social.

O pagamento somente será efetuado após emissão de termo de recebimento definitivo, caso identifique irregularidade de prejudique a realização do pagamento, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município.



Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do Setor administrativo da SEMED.

Quando identificada irregularidade da contratada perante a fazenda pública municipal, o Departamento Financeiro providenciará a realização do encontro de contas para regularização de débitos existentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, e a forma de adjudicação será por LOTE.

9.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

A comprovação jurídica visa verificar a capacidade legal do participante para assumir direitos e obrigações. Os documentos necessários devem confirmar a existência legal do participante e a regularidade estatutária do registro, conforme os CNAES pertinentes aos serviços. Devem ser apresentados:

- a) Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no



Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

h) Sociedade empresarial: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

i) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com situação ativa;
- b) Certidão de Regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Fazenda Nacional junto a Fazenda Federal e Procuradoria da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou positiva com efeitos de Negativa, em validade;
- d) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS, em validade;
- e) Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, junto à Fazenda Pública do Município onde estiver instalada a sede ou filial da licitante que fornecerá os produtos à Prefeitura Municipal ou outra prova equivalente na forma da lei, em validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em validade;
- g) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e do Município de São Miguel do Guaporé, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar a condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação.
- b) Nos casos de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, para fins de demonstração de sua viabilidade econômica, a empresa licitante deverá comprovar que o pedido de recuperação judicial já foi aprovado e homologado judicialmente nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/05, por meio de certidão do juízo responsável pelo acompanhamento da recuperação judicial.

c) Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis e apresentados na forma da Lei, com o número da página transcrito do Livro Diário, e registro na Junta Comercial, demonstrativo da boa situação econômica e financeira da licitante, consubstanciada nos seguintes índices:

d- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** a ser obtido pela fórmula: $ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** a ser obtido pela fórmula: $ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,00$

- **Índice de Endividamento Geral (IEG):** $IEG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 0,80$

Onde: AC = Ativo Circulante

RLP=Realizável a Longo Prazo

PC=Passivo Circulante

ELP=Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

e) Declaração de profissional contábil atestando o cumprimento dos índices exigidos no edital;

f) Os documentos exigidos para qualificação econômico financeira também poderão ser apresentados em forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) juntamente com o balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" e recibo de entrega de livro digital junto a Receita Federal;

g) Os documentos referidos no item "c" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

i) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

Qualificação Técnica

Capacidade técnico-operacional (empresa):

Av. São Paulo, 1490 Bairro: Cristo Rei – CEP – 76932-000

Fone/fax (069) 3642-2350 -São Miguel do Guaporé/RO



- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação. A comprovação de aptidão referida será feita por atestado(s) de desempenho anterior, fornecidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a capacitação técnica da empresa em executar serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação;
- b) O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu;
- c) Declaração de disponibilidade dos veículos para a execução dos serviços assumidos pela licitante, informando marca, modelo, capacidade de transporte de passageiros do mesmo, declarando ainda, que os serviços serão prestados por motoristas habilitados com carteira nacional de habilitação na categoria "D" ou "E";
- d) Fica a empresa vencedora obrigada a declarar que atenderá integralmente os horários e percursos previstos pela Secretaria Municipal de Educação os quais são objeto de licitação;

Capacidade técnico-profissional (responsável técnico):

- a) Indicação de responsável técnico pela execução do objeto contratual, com comprovação de habilitação profissional e registro no conselho competente (CREA), acompanhada da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente às atividades a serem desempenhadas, devendo ser apresentada, adicionalmente, comprovação de experiência compatível mediante **atestado técnico** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução satisfatória de serviços com características e complexidade, semelhantes às previstas neste certame.
- b) Indicação de responsável administrador pela gestão e supervisão contratual, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA, responsável pela coordenação administrativa e acompanhamento da execução do contrato, garantindo conformidade às normas de gestão, controle e eficiência administrativa, devendo ser apresentada, adicionalmente, comprovação de experiência compatível mediante **atestado técnico** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução satisfatória de atividades administrativas, gerenciais ou de supervisão contratual com características e complexidade, semelhantes às previstas neste certame.

Requisitos mínimos do sistema (plataforma web):

- a) Plataforma web (SaaS) para rastreamento e monitoramento veicular, com suporte a GPS/GPRS/3G/4G, videomonitoramento e telemetria, destinada à gestão da frota operacional.
- b) Funcionalidades essenciais (verificáveis em demonstração ou ambiente de teste):
 - 1. Localização e trajetória em tempo real, com visualização em mapa, cumprimento de rotas/horários e auditoria de desvios.
 - 2. Controle de manutenção programada, com alertas por hodômetro/horímetro, tempo e eventos.



3. Identificação contínua do condutor (login, iButton, RFID ou equivalente), vinculando eventos ao motorista.
4. Consulta rápida de veículos (endereço atual, ignição ligada/desligada, status do motor, última posição on-line).
5. Histórico de trajetos e distâncias percorridas por período, com exportação.
6. Rotas e geocercas (radiais e poligonais), pontos de referência e rota gerencial.
7. Alertas configuráveis: excesso de velocidade, parada excessiva, desconexão do equipamento, jamming GSM, perda de sinal, entrada/saída de geocerca.
8. Telemetria mínima: horímetro, acelerômetro/eventos bruscos, entradas/saídas digitais/analógicas para sensores/acessórios.
9. Relatórios web (movimentação, operacional, velocidade, ignição, paradas, distâncias, jornada), com download em PDF e XLSX.
10. Integração por API (REST ou equivalente), inclusive com controle de cota de combustível e sistema de jornada (após análise técnica).
11. Hospedagem em datacenter de alta disponibilidade em nuvem, com SLA $\geq 99,5\%$, cópias de segurança e escalabilidade.
12. Acesso via navegadores modernos (sem plugins proprietários), com conexão segura (TLS), autenticação de usuários e perfis de acesso.
13. Configuração remota dos dispositivos, sem necessidade de intervenção física, sempre que tecnicamente possível.
14. Armazenamento de dados de geoposicionamento por 5 (cinco) anos (mínimo), com trilhas de auditoria.

Comunicação e cobertura:

- a) Suporte a GPRS/GSM com modem Quad-Band (850/900/1800/1900 MHz), comunicação TCP, transmissão de dados de célula (Cell ID, MCC, MNC, LAC), bateria interna de backup, detecção de jamming e reporte do nível de sinal (CSQ).
- b) Declaração de disponibilidade operacional do sistema em áreas de sombra, com mecanismo LBS (cell-ID) para localização estimada quando o GPS estiver indisponível, incluindo metodologia de fallback e limites de precisão.

Conformidades e verificações:

- a) Todos os equipamentos e sistemas devem atender à legislação de trânsito, normas de segurança e regulamentações aplicáveis.



- b) A Administração poderá realizar testes de aderência e auditorias periódicas para verificar a operacionalidade, atualização tecnológica e conformidade dos sistemas.
- c) Sempre que solicitado, apresentar manuais, certificados de conformidade e evidências de ensaios pertinentes.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com Transporte Escolar está prevista no Plano Plurianual da Secretaria Municipal de Educação.

	Funcional	Programática:	
			05.001.12.361.0005.1.010
05.001.12.361.0005.2.054	05.001.12.361.0005.2.057		05.001.12.361.0005.2.058
05.001.12.361.0005.2.090.			

11. DEVERES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, consoantes as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada, no que couber.



Enviar os itinerários especificando o local exato do embarque do primeiro aluno e desembarque nas Unidades Escolares serão encaminhados para as empresas vencedoras na emissão da Ordem de Serviço.

Solicitar a substituição de qualquer veículo, condutor ou monitor em razão das exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e normas aplicada à matéria, bem como zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada, aplicando as penalidades cabíveis ou mesmo rescindindo o contrato de prestação de serviço por inadimplência no cumprimento do contrato.

A contratante poderá realizar reduções, acréscimos ou suspensão de trajetos, bem como na quilometragem, ao tempo que se fizer necessário.

12. DEVERES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações da licitação, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Secretaria de Municipal de Educação SEMED e ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

Av. São Paulo, 1490 Bairro: Cristo Rei – CEP – 76932-000
Fone/fax (069) 3642-2350 -São Miguel do Guaporé/RO



todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

As despesas com combustíveis, motorista, monitor e manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

Os empregados da contratada não manterão vínculo empregatício com a contratante devendo os mesmos serem registrados como empregados da empresa, não cabendo a contratante encargo de qualquer natureza.

Os motoristas que irão dirigir os veículos deverão estar com suas Carteiras de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria dos veículos que irão dirigir.

A empresa vencedora do certame, obrigatoriamente, deverá realizar a apresentação das Carteiras de Habilitação de todos os seus motoristas, como também, realizar a apresentação do CRLV de cada veículo a ser locado, no ato da assinatura do termo contratual.

Os veículos somente poderão trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos locados e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará o Licitante Vencedor, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem à escola naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original e avisar a Secretaria Municipal de Educação.

A Prefeitura não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.



A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação do serviço de transporte escolar.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, exceto nas condições estabelecidas por Lei.

Os veículos deverão ser conduzidos por motoristas profissionais devidamente habilitados e qualificados, para exercer tal função, portando obrigatoriamente: Crachá de identificação, vistoria dos veículos e curso do motorista.

Realizar manutenção preventiva e corretiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança.

Permitir aos encarregados da comissão de vistoria e fiscalização do transporte escolar, livre acesso, em qualquer horário ou dia aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza hábil, trabalhista, social e tributária da contratada.

A contratada deverá encaminhar antes do início letivo, planilha contendo os itinerários, especificando cada veículo, monitor e motorista, e caso houver substituição, seja informado oficialmente com antecedência à Secretaria Municipal de Educação.

Não permitir e não promover a superlotação dos veículos, observando que os usuários do transporte devem estar devidamente sentados.



Serão de responsabilidade das empresas as despesas com o transporte dos veículos para vistoria prévia junto ao Detran/Ciretran – São Miguel do Guaporé/RO, e demais Órgãos competentes.

Serão descontados os dias em que o transporte não for rodado. Em caso de suspensão habitual dos serviços contratados, a contratante adotará as medidas cabíveis para sanar a situação.

Fornecer 01 (um) motorista e 01 (um) monitor para cada ônibus que fará o transporte dos alunos. Realizar diariamente, o controle (chamada) de embarque, desembarque e reembarque de todos os alunos, bem como realizar as devidas anotações quando, por qualquer motivo, o aluno não comparecer a qualquer dos pontos de retirada, inclusive por solicitação dos pais ou responsáveis, encaminhando relatório ao Departamento de Transporte Escolar até o primeiro dia útil subsequente ao mês de prestação do serviço.

Realizar diariamente, durante a execução do contrato, o controle da quilometragem percorrida através de planilha a ser fornecida pela CONTRATANTE e certificada diariamente pela Diretoria da última escola do itinerário servida pelo transporte escolar, informando na planilha a quilometragem constante no hodômetro de cada veículo, devendo tal relatório ser encaminhado à Divisão de Transporte Escolar impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.

Manter, durante a execução do contrato, listagem atualizada de todos os veículos utilizados no transporte escolar, devendo constar Modelo, Ano de Fabricação, Placa, CHASSI, RENAVAM, histórico de manutenções corretivas e preventivas, histórico de vistorias (Estadual e Municipal), histórico de ocorrências (quebras no trajeto), bem como qual o condutor e monitor de cada veículo.

Os veículos obrigatoriamente deverão portar pneus estepe no suporte adequado para os mesmos, na parte externa dos veículos. Em hipótese nenhuma, deverá transportar os mesmos dentro do veículo, sob pena de sofrer sanções cabíveis.

Será de responsabilidade da contratada a disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia nos relacionamentos entre colegas, usuários, pais ou responsáveis, e com os servidores do Município de São Miguel do Guaporé.



A segurança dos transportados ficará por conta da contratada, devendo a mesma garantir a ordem dentro do veículo, providenciando que todos os alunos permaneçam sentados e usando equipamentos de segurança.

A empresa (s) vencedora (s) manterá a contratante livre e desonerada de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de sua ação ou omissão.

Manter, durante a execução do contrato, as condições de higiene, estado de conservação e itens obrigatórios de segurança de todos os veículos utilizados no serviço de transporte escolar, na forma como exigida pela Lei 9.503/1997 e resoluções do CONTRAN.

Manter, durante toda a execução do contrato, ficha de controle individual de condutores e monitores, a fim de certificar que atendam aos requisitos exigidos pela Lei 9.503/1997 e Resoluções do CONTRAN nº 168/04 e 205/06, devendo comunicar imediatamente a Contratante em caso de necessidade de substituição em razão do descumprimento de quaisquer dos requisitos por condutores ou monitores. O controle a ser efetuado pela Contratada não exclui a possibilidade da Contratante, através do Departamento de Transporte Escolar, realizar consultas em datas esporádicas/aleatórias para verificação do cumprimento aos requisitos exigidos.

A contratada deverá durante a execução contratual possuir apólice de seguros contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos, que poderá ser contratada em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato.

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato.

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.



13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no capítulo X DAS INFRAÇÕES AO TRANSPORTE ESCOLAR, da LEI Nº 3.588, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023, Art. 35, 36, 37, 38, 39 e 40, conforme abaixo:

Art. 35. Sem prejuízo das infrações e penas cominadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pela Lei de Licitações, e pelas demais normas aplicáveis, será instaurado o competente processo administrativo, para apurar eventuais prejuízos à administração, acaso ocorra descumprimento contratual ou funcional por parte do contratado ou condutor.



§ 1º As infrações referentes às condições do veículo, de natureza gravíssima, acarretarão obrigação de nova vistoria no veículo, que será obrigatória para a retomada da execução dos serviços.

§ 2º As infrações administrativas e as respectivas penas transcritas no edital de licitação e nos contratos administrativos firmados, facultando-se à Administração a instituição de outras infrações administrativas e penalidades inerentes, além das previstas nesta Lei.

Art. 36. Consideram-se infrações leves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Utilizar veículo fora da padronização;
- II - Fumar ou conduzir acesos cigarros ou semelhantes;
- III - Conduzir o veículo trajado inadequadamente;
- IV - Omitir informações solicitadas pela Administração;
- V - Deixar de fixar a autorização estadual para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo, na parte interna do veículo;
- VI - Deixar de fixar a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela Administração;
- VII - Operar sem portar a relação atualizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados.

Art. 37. Consideram-se infrações médias, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 20 (vinte) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Desobedecer às orientações da fiscalização;
- II - Conduzir o veículo sem o prefixo fornecido pela administração;
- III - Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- IV - Abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- V - Deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido;
- VI - Manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- VII - Deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado;
- VIII - realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização pela administração, do responsável pelo aluno ou independente de força maior;
- IX - Embarcar ou desembarcar alunos ou professores em escolas não autorizadas pela administração;
- X - Desobedecer às leis de trânsito, as normas e regulamentos da Administração;
- XI - descumprir os horários determinados pela administração.

Art. 38. Consideram-se infrações graves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;
- II - Alterar ou rasurar o selo de vistoria;
- III - Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela administração;
- IV - Negar a apresentação de documentação à fiscalização;
- V - Não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela administração;
- VI - Transportar passageiros não autorizados pela administração;
- VII - Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;

VIII - Conduzir veículos com imprudência ou negligência;

IX - Parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos autorizados pela administração. Parágrafo único. No caso de reincidência das infrações descritas neste artigo, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

Art. 39. Consideram-se infrações gravíssimas, puníveis com advertência escrita e multa de 40 (quarenta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

I - Deixar de operar trajetos sem motivo justificado;

II - Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;

III - Tráfego com as portas abertas;

IV - Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas, ou com uso de psicofármacos, ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos lícitos;

V - A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com condições de segurança;

VI - Operar com veículos que não contêm os requisitos legais para o transporte de escolares ou não apresente as condições exigidas pela legislação de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares e de passageiros;

VII - Conduzir veículos sem a habilitação ou outros requisitos exigidos para o transporte de escolares;

VIII - Assediar sexualmente ou moralmente os usuários do transporte escolar;

IX - Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;

X - A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação de serviços públicos.

XI - Violar as prescrições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. No caso de reincidência das infrações descritas neste artigo, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

Art. 40. Além da advertência e da multa prevista nesta lei, o infrator está sujeito a rescisão contratual nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislações aplicáveis, sendo no processo administrativo.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.9. Além das situações acima apresentada, deverá ser observada as demais disposições da Lei municipal nº 3.588 de 04 de setembro de 2023.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1. DA REVISÃO

14.1.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

14.1.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

Av. São Paulo, 1490 Bairro: Cristo Rei – CEP – 76932-000

Fone/fax (069) 3642-2350 -São Miguel do Guaporé/RO



14.1.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;
- b) cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;
- c) comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço já executado;
- d) o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";
- e) as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

14.1.4. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

14.1.5. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

14.1.6. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

14.1.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

14.2. DA REPACTUAÇÃO:

14.2.1. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, bem como de toda a documentação que comprove que a contratada arcou com os mesmos.

14.2.2. Apenas a planilha de formação de custos utilizada na apresentação da proposta vencedora do certame licitatório servirá como documento idôneo para avaliação do valor referente à futura repactuação.



14.2.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, posteriormente, se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

14.2.4. Para a concessão da primeira repactuação deverá ser obedecido o interregno mínimo de 01 (um) ano que será contado a partir:

I - Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; e

II - Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

14.2.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de vigência dos valores adotados na última repactuação.

14.2.6. A repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação dos custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, respeitado o princípio da anualidade.

14.2.7. Na repactuação do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve ser repassado integralmente o aumento dos custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

14.2.8. A administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabelecem valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.2.9. A repactuação em função da variação de custos decorrente do mercado, somente poderá ser concedida mediante negociação entre as partes, observando-se:

- I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II - As particularidades do contrato em vigência;
- III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

14.2.10. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e contemplando apenas a diferença porventura existente.

14.2.11. Ocorrerá a preclusão lógica quando o contratado não requerer o reajuste e/ou a repactuação a que fizer jus em momento oportuno, ou seja, anterior à assinatura do termo aditivo de prorrogação.

14.2.12. A solicitação de repactuação deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada.

14.2.13. A formalização da solicitação de repactuação deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha de proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Todos os documentos que comprovem que a contratada arcou com custos relacionados ao objeto contratual além do que o esperado;

IV - Cópia do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

14.3. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.3.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento

Av. São Paulo, 1490 Bairro: Cristo Rei – CEP – 76932-000

Fone/fax (069) 3642-2350 -São Miguel do Guaporé/RO



estimado, conforme disciplina o art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

14.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ou outro mais vantajoso para a administração pública, conforme Instrução Normativa n. 028/CGM/2023.

14.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.4. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto, ou após a prorrogação de prazo, conforme parágrafo único do art. 131 da lei 14.133/2021.

14.3.5. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do subitem 14.3.1.

14.3.6. O reajuste será formalizado por apostilamento.

15. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

A estimativa do custo da contratação foi definida através de cotações e mapa comparativo de preços.

16. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos serviços está alinhada a valorização e desenvolvimento da educação básica no Município de São Miguel do Guaporé, garantindo o acesso e permanência de crianças e adolescente na educação.

17. EXTINÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, conforme os dispostos nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações. Nos casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Da mesma forma, serão motivo de rescisão do contrato as seguintes situações:

- a) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução dos serviços;
- b) Procedimento irregular da CONTRATADA que venha causar transtornos ou prejuízos à CONTRATANTE e/ou terceiros;
- c) Transferência ou cessão do objeto do contrato para terceiros;
- d) A falência ou liquidação da CONTRATADA;
- e) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- f) A lentidão no cumprimento do contrato;
- g) Atraso no início da prestação do serviço;



- h) Paralisação total ou parcial do serviço;
- i) Desatendimento das determinações da CONTRATANTE;
- j) O cometimento reiterado de faltas;

Em caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar a CONTRATANTE num prazo não inferior a 15 (quinze) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter a concordância da CONTRATANTE.

Na ocorrência de rescisão unilateral, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo os casos previstos na Lei 14.133/21.

18. DA GARANTIA DA PROPOSTA

As licitantes deverão, como requisito de pré-habilitação, prestar garantia da proposta na proporção de 1% (um por cento) e 5% para execução do valor global estimado para a presente contratação, conforme art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: CAUÇÃO EM DINHEIRO, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA.

- a) A Garantia na forma de Caução em dinheiro deverá ser depositada a favor da Prefeitura Municipal de Juru/RO, na Conta Corrente n.º 7.877-8, Agência n.º 1401 X, BANCO DO BRASIL S/A.
- b) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

A garantia da proposta será executada:

- a) Se o licitante retirar sua proposta durante o período de validade, ou
- b) No caso do licitante vencedor, se este, dentro do limite do tempo especificado, não assinar o contrato ou não fornecer a garantia de execução exigidas.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não



puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A contratante poderá realizar acréscimo ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base o preço inicial do contrato.

Caso não haja expediente na data marcada para a entrega e recebimento dos serviços, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

A Contratante poderá realizar pesquisa de satisfação do usuário do serviço de transporte escolar, independentemente de comunicação prévia, informando os resultados apurados à Contratada e, se for o caso, exigir a regularização das obrigações consideradas inadequadas que porventura sejam detectadas.

20. ANEXO

- Lista de Acompanhamento (I)
- Boletim Diário de Tráfego (II)
- Frequência de motorista e monitor (III)
- Frequência dos Alunos (IV)
- Instrumental de Vistoria (V)
- Formulário para Fiscalização (VI)

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO, 10 de dezembro de 2025.

Edna da Mota Alves
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 13/SEMUG/2025



ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO

AO
PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../.../202...**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “1”, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em FIRMAR CONTRATOS dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

e) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

f) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

g) Que os documentos contidos nos envelopes 01 e 02 são

AUTÊNTICOS. ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES

AO OBJETO

h) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2025



Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DO CONTRATO declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2025

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA

(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o

n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____,

portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: de _____ de 2025

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

A empresa , estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº , neste ato representada por, cargo , RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº...../2025, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada, Pessoa Jurídica, para prestação de Serviços de Transporte Escolar no município de São Miguel do Guaporé para atendimento do calendário escolar 2025, conforme quilometragem especificada, conforme segue:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QUANT.	UNID.	V.UNIT.	V.TOTAL
01					
02					
03					
04					
05					
06					

Informar Valor global total R\$.....

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da abertura da sessão pública da Dispensa Eletrônica Nº /2025.

....., de 2025.

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº /2025

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
MIGUEL DO GUAPORÉ /RO E A EMPRESA**

De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE** São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 04.279.238/0001-59, situada à Avenida São Paulo nº 1940, Centro na cidade de São Miguel do Guaporé , Estado de Rondônia, neste ato representada pelo Secretário (a) , **Sr** Decreto nº , matrícula nº , residente e domiciliada na cidade de **SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa , CNPJ/MF , situada à Rua , nº , Bairro , na cidade de , Estado de , denominada **CONTRATADA**, representada por NOME e função, conforme , em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº /SEMED/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar no Município de** São Miguel do Guaporé **/RO**, para atender a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé /RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Detalhamento dos serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.4. Da capacidade de passageiros

1.4.1. Vale ressaltar que existirá uma quantidade mínima de passageiros que cada ônibus escolar deverá transportar por itinerário.

1.5. Da Rota:

1.5.1. Ressalta-se que no momento da contratação serão encaminhadas à CONTRATADA as rotas com percurso atualizado, ademais, durante a execução contratual as rotas poderão sofrer alteração, acrescendo ou suprimindo quilometragem.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, Edital de Pregão Eletrônico nº /SUPEL/2025, nos termos da proposta constante no Processo Administrativo nº .../SEMED/2025, e que não contrariem o interesse público nos casos omissos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA DA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA, com base no art.90 caput da Lei nº 14.133/23, tem prazo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções administrativas previstas na mesma lei.

3.2. Caso a CONTRATADA dependa da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverá fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

3.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à CONTRATANTE, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da CONTRATADA dentro do prazo estabelecido no item 3.1.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

4.1.1. Executar os serviços conforme especificações da licitação, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas.

4.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Secretaria de Municipal de Educação SEMED e ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante

autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

4.1.6. As despesas com combustíveis, motorista, monitor e manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

4.1.7. Os empregados da contratada não manterão vínculo empregatício com a contratante devendo os mesmo serem registrados como empregados da empresa, não cabendo a contratante encargo de qualquer natureza.

4.1.8. Os motoristas que irão dirigir os veículos deverão estar com suas Carteiras de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria dos veículos que irão dirigir.

4.1.9. A CONTRATADA, obrigatoriamente, deverá realizar a apresentação das Carteiras de Habilitação de todos os seus motoristas, como também, realizar a apresentação do CRLV de cada veículo a ser locado, no ato da assinatura do termo contratual.

4.1.10. Os veículos somente poderão trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

4.1.11. Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos locados e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a CONTRATADA, obrigada a substituir imediatamente, a tempo dos estudantes ainda chegarem à escola naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original e avisar a Secretaria Municipal de Educação.

4.1.12. A CONTRATANTE não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

4.1.13. A CONTRATADA deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da



Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

4.1.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação do serviço de transporte escolar.

4.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

4.1.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, exceto nas condições estabelecidas por Lei.

4.1.18. Os veículos deverão ser conduzidos por motoristas profissionais devidamente habilitados e qualificados, para exercer tal função, portando obrigatoriamente: Crachá de identificação, vistoria dos veículos e curso do motorista.

4.1.19. Realizar manutenção preventiva e corretiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança.

4.1.20. Permitir aos encarregados da comissão de vistoria e fiscalização do transporte escolar, livre acesso, em qualquer horário ou dia aos veículos do transporte, bem como aos registro e documentos de natureza hábil, trabalhista, social e tributária da contratada.

4.1.21. A CONTRATADA deverá encaminhar antes do início letivo, planilha contendo os itinerários, especificando cada veículo, monitor e motorista, e caso houver substituição, seja informado oficialmente com antecedência à Secretaria Municipal de Educação.

4.1.22. Não permitir e não promover a superlotação dos veículos, observando que os usuários dos transporte devem estar devidamente sentados.

4.1.23. Será de responsabilidade da CONTRATADA as despesas com o transporte dos veículos para vistoria prévia junto ao Detran/Ciretran - São Miguel do Guaporé /RO, e demais Órgãos competentes.

4.1.24. Serão descontados os dias em que o transporte não for rodado. Em caso de suspensão habitual dos serviços contratados, a contratante adotará as medidas cabíveis para sanar a situação.

4.1.25. Fornecer 01 (um) motorista e 01 (um) monitor para cada ônibus que fará o transporte dos alunos.

4.1.26. Realizar diariamente, o controle (chamada) de embarque, desembarque e reembarque de todos os alunos, bem como realizar as devidas anotações quando, por qualquer motivo, o aluno não comparecer a qualquer dos pontos de retirada, inclusive por solicitação dos pais ou responsáveis, encaminhando relatório ao Departamento de Transporte Escolar até o primeiro dia útil subsequente ao mês de prestação do serviço.

4.1.27. Realizar diariamente, durante a execução do contrato, o controle da quilometragem percorrida através de planilha a ser fornecida pela CONTRATANTE e certificada diariamente pela Diretoria da última escola do itinerário servida pelo transporte escolar, informando na planilha a quilometragem constante no hodômetro de cada veículo, devendo tal relatório ser encaminhado à Divisão de Transporte Escolar impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.

4.1.28. Manter, durante a execução do contrato, listagem atualizada de todos os veículos utilizados no transporte escolar, devendo constar Modelo, Ano de Fabricação, Placa, CHASSI, RENAVAL, histórico de manutenções corretivas e preventivas, histórico de vistorias (Estadual e Municipal), histórico de ocorrências (quebras no trajeto), bem como qual o condutor e monitor de cada veículo.

4.1.29. Será de total responsabilidade da empresa contratada arcar com os custos de aquisição, instalação, manutenção e panes/defeitos nos equipamentos de rastreamento dos veículos, bem como dar acesso total no sistema de monitoramento para a Secretaria Municipal de Educação e Órgãos de Controle municipal.

4.1.30. Os veículos obrigatoriamente deverão portar pneus estepe no suporte adequado para os mesmos, na parte externa dos veículos. Em hipótese nenhuma, deverá transportar os mesmos dentro do veículo, sob pena de sofrer sanções cabíveis.

4.1.31. Será de responsabilidade da contratada a disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia nos relacionamentos entre colegas, usuários, pais ou responsáveis, e com os servidores do Município de São Miguel do Guaporé.

4.1.32. A segurança dos transportados ficará por conta da contratada, devendo a mesma garantir a ordem dentro do veículo, providenciando que todos os alunos permaneçam sentados e usando equipamentos de segurança.

4.1.33. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre e desonerada de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de sua ação ou omissão.

4.1.34. Manter, durante a execução do contrato, as condições de higiene, estado de conservação e itens obrigatórios de segurança de todos os veículos utilizados no serviço de transporte escolar, na forma como exigida pela Lei 9.503/1997 e resoluções do CONTRAN.

4.1.35. Manter, durante toda a execução do contrato, ficha de controle individual de condutores e monitores, a fim de certificar que atendam aos requisitos exigidos pela Lei 9.503/1997 e Resoluções do CONTRAN nº 168/04 e 205/06, devendo comunicar imediatamente a Contratante em caso de necessidade de substituição em razão do descumprimento de quaisquer dos requisitos por condutores ou monitores. O controle a ser efetuado pela Contratada não exclui a possibilidade da Contratante, através do Departamento de Transporte Escolar, realizar consultas em datas esporádicas/aleatórias para verificação do cumprimento aos requisitos exigidos.

4.1.36. A contratada deverá durante a execução contratual possuir apólice de seguros contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos, que poderá ser contratada em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

4.1.37. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.1.38. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

4.1.39. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

4.1.40. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.41. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles;

4.1.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.43. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.43.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.45. Permitir o livre acesso da CONTRATANTE a qualquer momento, durante a execução do objeto deste contrato;

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

4.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, consoantes as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada, no que couber.

4.2.6. Enviar os itinerários especificando o local exato do embarque do primeiro aluno e desembarque nas Unidades Escolares serão encaminhados para as empresas vencedoras na emissão da Ordem de Serviço.

4.2.7. Solicitar a substituição de qualquer veículo, condutor ou monitor em razão das exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e normas aplicada à matéria, bem como zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada, aplicando as penalidades cabíveis ou mesmo rescindindo o contrato de prestação de serviço por inadimplência no cumprimento do contrato.

4.2.8. A contratante poderá realizar reduções, acréscimos ou suspensão de trajetos, bem como na quilometragem, ao tempo que se fizer necessário.

4.2.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.2.10. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.2.11.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

4.2.11.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1.1. Na Ordem de Serviço será indicada a data de início do serviço que será elaborado conforme calendário escolar letivo.

6.1.2. A relação de itinerários, turnos, alunos, que serão transportados, bem como respectivas localidades que será informada pelo Departamento de Transporte no momento do envio da ordem de serviço.

6.1.3. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente os horários descritos nos itinerários que serão encaminhados, para que não haja prejuízo ao calendário escolar.

6.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.2.1. Os roteiros poderão sofrer alteração durante a execução contratual, gerando acréscimo ou supressão de quilometragem.

6.2.2. Os veículos contratados poderão ser utilizados pela Administração Pública municipal durante a vigência contratual para fins de interesse público, sendo a empresa comunicada com prazo de antecedência necessária. O custo da contratação serão pagos pela Administração Pública municipal com recursos apropriados para pagamento da despesa.

6.2.3. Em caso de substituição do veículo, motorista ou monitor, qualquer que seja a motivação, a Contratada deverá informar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, devendo em todos os casos o substituto preencher as mesmas condições e requisitos impostos ao titular.

6.2.4. A contratada deverá enviar à Contratante semestralmente, antes do início período letivo, cópia dos Laudos de Vistoria emitidos pelo Detran/Ciretran - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO, conforme calendário escolar definido pela Secretaria Municipal de Educação.

6.2.5. Os veículos não aprovados na inspeção de que trata o item 6.5 serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para a devida regularização.

6.2.6. Para cada ônibus a contratada deverá disponibilizar 01 (um) motorista e 01 (um) monitor devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.

6.2.7. Os serviços deverão ser executados exclusivamente pela empresa vencedora do certame, sendo vedada a subcontratação e sublocação, salvo os veículos provenientes de arrendamento mercantil.

6.2.8. A contratada deverá estar no local de partida dos alunos com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário marcado, cumprindo rigorosamente as demais paradas do itinerário fornecido pela contratante, não sendo admitidos atrasos nos pontos de embarque dos alunos.

6.2.9. Poderão ser incluídas atividades extracurriculares a serem realizadas durante os fins de semana, a critério da Secretaria Municipal de Educação, desde que faça parte do Projeto Pedagógico das Unidades Escolares.

6.2.10. Os ônibus reservas deverão possuir capacidade mínima de passageiros sentados suficiente para transportar os alunos conforme mapa de rotas e itinerários, apresentando as mesmas condições e requisitos do ônibus titular.

6.2.11. Os custos das alterações de rotas que não ultrapasse 7% da quilometragem originalmente definida para o lote, deverão ser suportados pelo contratado.

6.2.12. A CONTRATADA que concorrer na licitação deverá ter conhecimento dos percursos, pois conforme definido nos itinerários haverá rotas pavimentados e não pavimentados.

6.3. DO CONDUTOR/ MOTORISTA

Atribuições do condutor do veículo de transporte escolar:

6.3.1. Idade superior a 21 anos;

6.3.2. Vistoriar o veículo sob sua responsabilidade, atestando que ele preenche todas as condições previstas na legislação brasileira de trânsito e normas de segurança, devendo em caso de falhas solicitar uso do veículo reserva;

6.3.3. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

6.3.4. Verificar itinerário da linha;

6.3.5. Conduzir veículo em consonância com as normas de trânsito e direção defensiva;

6.3.6. Zelar pela conservação e limpeza do veículo, devendo o mesmo estar diariamente higienizado para receber alunos;

6.3.7. Tratar os alunos com educação e cordialidade;

6.3.8. Para nos pontos de embarque e desembarque conforme planilha de pontos;

6.3.9. Não ingerir e não exibir bebida alcoólica a escolares ou dirigir alcoolizado;

6.3.10. Não fumar e não permitir o uso de fumo durante o tempo em que estiver transportando os escolares;

6.3.11. Cumprir os horários pré-estabelecidos para rotas e itinerários;

6.3.12. Portar todos os documentos dos veículos e do condutor, incluindo a carteira nacional de habilitação e o certificado do curso de condutor de escolares;

6.3.13. Não transportar e não permitir transporte de passageiro em pé;

6.3.14. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doses últimos meses;

6.3.15. Verificar antes de colocar o veículo em movimento, que os usuários/ alunos estão devidamente assentados e em condições de segurança para continuidade do trajeto;

6.3.16. Não conceder e não permitir que se conceda carona nos veículos de transporte escolar, sendo permitida tão somente à professores, desde que, neste caso, haja acento disponível;

6.3.17. É expressamente proibido aos condutores de veículo de transporte escolar, manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação de serviços.

São requisitos mínimos para os condutores do veículo de transporte escolar:

6.3.18. Ter como nível de escolaridade mínima, o ensino fundamental incompleto;

6.3.19. Estar em perfeitas condições de saúde, atestado por profissional médico habilitado para tanto;

6.3.20. Ser habilitado na categoria D;

6.3.21. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

6.3.22. O uso obrigatório de crachá de identificação (conforme padrão da contratada) e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e seus dados pessoais;

6.3.23. Apresentar certificado de curso especializado nos termos do Artigo 145, inciso IV do CTB;

6.3.24. Apresentar certidão de antecedentes criminais anualmente;

6.3.25. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.

6.3.26. Constar na CNH, no campo de observações os seguintes dizeres: "Exerce atividade remunerada";

6.3.27. Uso obrigatório de uniforme, conforme padrão da contratada, bem como os equipamentos individuais de segurança a serem fornecidos pela contratada.

6.3.28. Apresentar curso de Conductor de Transporte Escolar;

6.3.29. O motorista indicado na forma prevista neste item poderá ser substituído durante a vigência do contrato, mediante prévia e expressa comunicação à Contratante, devendo o motorista substituto atender a todas as exigências acima elencadas.

6.3.30. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento a substituição de condutores que não atendam aos requisitos mínimos ou que não estejam desempenhando as atribuições estabelecidas.

6.4. DOS VEÍCULOS

6.4.1. Os veículos deverão estar em conformidade com as exigências previstas nos art. 136 e 137 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Resolução CONTRAN nº 14, de 06 de fevereiro de 1998, Resolução CONTRAN nº 924, de 28 de março de 2022 e com as demais normas complementares expedida pelo CONTRAN/DETRAN e manual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia/DETRAN.

6.4.2. Cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;

6.4.3. Registrador de velocidade (TACÓGRAFO), aparelho instalado no painel do veículo que registra a velocidade e paradas do veículo, previsto no inc. IV, do art, 136 do Código de Trânsito Brasileiro, devendo ser obrigatoriamente eletrônico e/ou digital;

6.4.4. Durante toda vigência contratual, não serão aceitos veículos com data de fabricação anterior ao ano de 2015, contados a partir do ano de fabricação do chassi, exceto nos 3 primeiros anos, como parâmetro de idade mínima considerada para os 5 anos de vigência contratual.

6.4.5. Apresentação do veículo com faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto.

6.4.6. A contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da prestação de serviços, devendo o meio de transporte ser em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços. Em caso de qualquer avaria no

veículo, a contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-o de modo a evitar a interrupção dos serviços do transporte escolar;

6.4.7. Os veículos não aprovados na inspeção de que trata o inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, serão impedidos de prestarem os serviços e a contratada será notificada, tendo o prazo de 1 (um) dia útil para as substituições dos veículos;

6.4.8. Adicionalmente à exigência de inspeção no inc. II, do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos também serão inspecionados pela Secretaria Municipal de Educação para a verificação do cumprimento das exigências.

6.4.9. Em caso de parceria com o Estado de Rondônia para a prestação do serviço de transporte escolar, deverão constar adesivo com as devidas informações definidas pela Contratante.

6.4.10. Sempre que a Administração municipal entender necessário, poderá determinar a fixação de material impresso nos veículos, com o fim de divulgar campanhas de interesse público, observado o Código de Trânsito Brasileiro.

6.4.11. Fica proibido a utilização dos espaços interno e externo do veículo para divulgação comercial.

6.4.12. Os veículos a serem apresentados para vistoria prévia deverão estar com documentação completa e com certificado de propriedade do veículo.

6.4.13. No mínimo 30% (trinta por cento) dos veículos destinados a prestação do serviço de transporte escolar deverão estar em nome da empresa contratada, permitindo utilização de leasing e arrendamento mercantil, desde que o arrendatário seja o solicitante da autorização.

6.4.14. Os veículos devem dispor de equipamento de câmera-monitor de ré, susceptíveis de mostrar informações sobre o campo de visão indireta ao condutor.

6.4.15. É obrigatória acessibilidade em todos os veículos destinados a prestação do serviço de transporte escolar.

6.4.16. Os veículos deverão constar adesivo "PROIBIDO CARONA".

6.4.17. Os veículos deverão possuir extintor de incêndio com validade em dias.

6.4.18. Cada veículo deverá dispor de caixa de ferramentas na parte externa do veículo integrando no mínimo o a chave de roda, macaco, triângulo e cabo de força e etc.

6.4.19. Deverão ser observadas as disposições da Lei municipal nº 3.588, de 04 de setembro de 2023.

6.5. DO MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS

6.5.1. Visando a necessidade de gestão e controle da frota, na correta utilização dos veículos contratados, e para que se faça cumprir as exigências dos veículos, se faz imprescindível que todos os veículos quando disponibilizados, estejam equipados com Serviço de monitoramento por GPS SATELITAL e gestão por sistema de BI (BUSINESS INTELLIGENCE).

6.5.2. O fornecimento/instalação e manutenção do referido sistema é de total responsabilidade da CONTRATADA, os custos relacionados ao sistema de monitoramento estão na planilha de composição de custo.

6.5.3. A CONTRATADA deverá dispor de treinamento dos agentes gestores/fiscais de cada contrato, que irão operar o sistema, bem como para servidor indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5.4. Todo serviço de monitoramento deverá ser disponibilizado através de mapas digitais e o acesso ao sistema deverá ser protegido por senhas com níveis de serviços.

6.5.5. O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por



semana, durante a vigência contratual da prestação do serviço de transporte escolar.

6.5.6. Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar via web (internet) um software de Monitoramento que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo:

- A) Visualização individual parcial e global de todos os veículos no mapa;
- B) Cadastramento por grupos de veículos;
- C) Servidor de mapas com comprovação através de contrato com provedor deste tipo de serviço;
- D) Mapa digital de todo o território nacional, principalmente do Estado de Rondônia e do município de São Miguel do Guaporé, com arruamento, sentido de trânsito, rodovias e a informação de tráfego que deverá ser atualizada a cada 30 segundos;
- E) Posição (localização em mapa digital) em tempo real dos veículos;
- F) Situação da ignição dos veículos (ligada/desligada);
- G) Informação em tempo real da violação de pontos ou rota estabelecida para análise de atraso/adiantamento/descumprimento;
- H) Deve ser permitida a construção de áreas geograficamente delimitadas no mapa digital (conhecidas como geocercas ou alvos) para alarmes de entrada e saída;
- I) Definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- J) Deve ser Permitida a criação de pontos de referência personalizados no mapa digital;
- L) O mapa deve apresentar setas de direcionamento do sentido para onde o veículo está se deslocando;
- M) O sistema deve listar quais são os veículos próximos a um endereço determinado;
- N) Distância percorrida por faixa de horário por veículo;
- O) Utilização dentro e fora do expediente por veículo;
- P) Ociosidade do veículo;
- Q) Relatório de velocidade média e máxima que o veículo atingiu no percurso da viagem;
- R) Relatório de hodômetro e horímetro diário, semanal e mensal;
- S) Horários de utilização do veículo dentro e fora do expediente;
- T) O Sistema de BI (Business Intelligence), deverá ser totalmente web, permitindo o acesso da CONTRATANTE a todas as informações necessárias à gestão dos veículos locados.

6.5.7. CONTRATADA deverá em situações de substituições de veículos, por terem atingido tempo limite de utilização, e /ou ambos nos casos de devolução por término da vigência



contratual, entregar a CONTRATANTE, back-up contendo todas as informações do monitoramento, no período em que o veículo foi utilizado pela Administração Pública.

6.5.8. A Secretaria Municipal de Educação por meio do Departamento de Transporte Escolar, terá acesso total ao monitoramento de todos os veículos disponibilizados.

6.6. DO MONITOR DOS VEÍCULOS

6.6.1. O Monitor do veículo deverá:

6.6.2. Acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios, inclusive acompanhar o aluno na travessia de rodovias.

6.6.3. Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar.

6.6.4. Orientar, auxiliar e zelar pelo uso obrigatório dos equipamentos de segurança, entre eles o cinto de segurança.

6.6.5. Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, coibindo a exposição de partes do corpo para fora da janela.

6.6.6. Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e entrega-los no ambiente interno da Unidade Escolar.

6.6.7. Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos veículos, evitando assim a ocorrência de acidentes no embarque e desembarque.

6.6.8. Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque.

6.6.9. Verificar os horários dos transportes, informando aos pais e alunos.

6.6.10. Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão embarcados no trajeto de retorno para as residências.

6.6.11. Colaborar com os pais de alunos especiais em sua locomoção.

6.6.12. Tratar os alunos com urbanidade e respeito.

6.6.13. Comunicar ao Diretor da Escola respectiva e à SEMED, os casos de conflito, físicos ou não, envolvendo os escolares, providenciando o devido relatório da ocorrência no formulário de registro diário da execução do serviço.

6.6.14. Ser pontual e assíduo.

6.6.15. Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato, este indicado pelo licitante vencedor por ocasião da contratação, na forma estabelecida neste instrumento, de maneira que a solicitação de tarefa formulada pela Contratante deverá ser retransmitida ao motorista/monitor por intermédio do superior imediato do motorista/monitor.

6.6.16. É expressamente proibido ao monitor de veículo de transporte escolar manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem, decorrentes da prestação dos serviços.

6.6.17. São requisitos mínimos exigidos para a função de monitor de transporte escolar:

6.6.18. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

6.6.19. Ter como nível de escolaridade mínima o ensino fundamental completo, bem como ter condições e capacidade para elaborar relatórios e demais documentos exigidos para preenchimento.



6.6.20. Ter capacitação física e mental para a execução dos serviços, a ser atestada por profissional médico habilitado.

6.6.21. Apresentar certificado de curso de formação de monitor escolar, nos termos da legislação própria.

6.6.22. Não estar cumprindo ou tenha cumprido pena, nos últimos 05 (cinco) anos.

6.6.23. Usar obrigatoriamente o Crachá de Identificação (conforme padrão da Contratada), e se apresentando devidamente uniformizado e com fotos recentes, indicando o nome da empresa contratada e informações pessoais necessárias.

6.6.24. Apresentar Certidão de antecedentes criminais, anualmente.

6.6.25. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, nos termos do art. 329 do CTB, que estabelece uma restrição, relativa aos antecedentes criminais, para os condutores de determinados veículos, regulamentados pelo artigo 135 e 136, respectivamente, os destinados a qualquer serviço remunerado (incluindo o de transporte individual de passageiros) e os de transporte escolar.

6.7. DA VISTORIA PRÉVIA

6.7.1. Após declarado o vencedor do certame licitatório a empresa vencedora será formalmente convocada para no prazo de até 20 (vinte) dias para apresentar os veículos destinados à execução dos serviços para vistoria prévia, sob pena de não adjudicação do objeto, a qual será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

6.7.2. A CONTRATADA deverá apresentar veículos com ano fabricação não anterior ao ano de 2018, sendo considerada o ano de fabricação do CHASSI.

6.7.3. A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à apresentação do laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN-RO, bem como aprovação na inspeção a ser realizada pelo Município de São Miguel do Guaporé.

6.7.4. Será elaborado relatório circunstanciado, registrando-se as condições operacionais do objeto contratual, o qual será anexado aos autos.

6.7.5. Na hipótese de reprovação dos veículos na vistoria destinada à emissão da ordem de serviço, a empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis regularização da situação encontrada.

6.7.6. A Contratada deverá apresentar os veículos semestralmente para Vistoria Técnica.

6.7.7. Todas as despesas originadas com as Vistorias solicitadas serão de responsabilidade da Contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de um ou mais fiscais do contrato, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, atendendo o que dispõe o § 1º, § 2º e § 3º da referida lei.

7.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço

em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e na Lei municipal nº 3.588 de 04 de setembro de 2023.

7.3. O fiscal realizará avaliação diária, semanal e mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.4. A conformidade dos veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.8. O Fiscal do Contrato terá o encargo de realizar a fiscalização e controle das obrigações contratuais assumidas pela Contratada, bem como as estipuladas neste Termo de Referência, Edital de Licitação, Lei municipal nº 3.588, de 04 de setembro de 2023 e demais regulamentos que regem a matéria.

7.9. A CONTRATADA deverá manter preposto na cidade de São Miguel do Guaporé para representá-lo durante a execução contratual.

7.10. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, diante das informações prestadas pelo fiscal, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA -DO PREPOSTO

8.1. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, preposto para representá-la perante o fiscal.

8.2. O representante da CONTRATADA será credenciado em Carta de Preposto que será encaminhada ao gestor/fiscal do Contrato em até 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, com indicação da qualidade e qualificação pessoal e profissional.

8.3. O setor ou o gestor/fiscal podem, motivadamente, recusar o preposto ou em aceitando, podem a qualquer tempo requerer a substituição, apresentando as razões de fato ao chefe imediato que expedirá notificação à CONTRATADA.



8.4. Compete ao preposto facilitar ao fiscal o acesso a informações, materiais, metodologias e documentos relacionados à execução contratual. Também é encargo fundamental a resolução em prazo razoável, dos incidentes apontados pelos serviços de fiscalização.

8.5. As comunicações entre o fiscal e o preposto podem ser realizadas também por meio eletrônico.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O valor do presente contrato é de R\$ ().

9.2. RECEBIMENTO DO OBJETO

a) No primeiro dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, a empresa deverá apresentar os documentos necessários para a liquidação da despesa, e será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, será emitido recebimento definitivo pelo Departamento de Transporte Escolar.

b) O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da CONTRATADA pelas possíveis irregularidades identificadas na prestação do serviço de transporte escolar.

9.3. LIQUIDAÇÃO

9.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a adequada liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.3.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.7. Persistindo a irregularidade, a contratante poderá adotar as medidas necessárias extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.4. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

9.4.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Serviço.

9.4.3. A nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos serviços e



valores conforme o empenho.

9.4.4. Deve acompanhar a nota fiscal toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular perante a fazenda pública municipal, estadual, federal e, trabalhista e previdência social.

9.4.5. O pagamento somente será efetuado após emissão de termo de recebimento definitivo, caso identifique irregularidade de prejudique a realização do paramento, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município.

9.4.6. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé /RO.

9.4.7. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

9.4.8. A nota fiscal deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9.4.9. Quando identificada irregularidade da contratada perante a fazenda pública municipal, o Departamento Financeiro providenciará a realização do encontro de contas para regularização de débitos existentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas correrão conforme a seguinte dotação orçamentária: FICHA:

VALOR: R\$ ()

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA (PADRÃO).

11.1. O presente contrato, em hipótese alguma, poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência no todo ou em parte.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS(PADRÃO)

12.1. Caso a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 3.588/2023 e demais normas cogentes).

12.2. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas o art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente



justificado;

12.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.2.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.2.2 a 12.2.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens

12.2.8 a 12.2.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

A) a natureza e a gravidade da infração cometida;

B) as peculiaridades do caso concreto;

C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 20% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos arts. 35, 36, 37, 38, 39 e 40 do capítulo X (DAS INFRAÇÕES AO TRANSPORTE ESCOLAR), da LEI Nº 3.588/2023, conforme abaixo:

12.5.1. Sem prejuízo das infrações e penas cominadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pela Lei de Licitações, e pelas demais normas aplicáveis, será instaurado o competente processo administrativo, para apurar eventuais prejuízos à administração, acaso ocorra descumprimento contratual ou funcional por parte do contratado ou condutor.

12.5.2. As infrações referentes às condições do veículo, de natureza gravíssima, acarretarão obrigação de nova vistoria no veículo, que será obrigatória para a retomada da execução dos serviços.

12.5.3. As infrações administrativas e as respectivas penas transcritas no edital de licitação e no contrato administrativo, facultando-se à Administração a instituição de outras infrações administrativas e penalidades inerentes, além das previstas em Lei.

12.5.4. Consideram-se infrações leves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Utilizar veículo fora da padronização;
- II - Fumar ou conduzir acesos cigarros ou semelhantes;
- III - Conduzir o veículo trajado inadequadamente;
- IV - Omitir informações solicitadas pela Administração;
- V - Deixar de fixar a autorização estadual para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo, na parte interna do veículo;
- VI - Deixar de fixar a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela Administração;
- VII - Operar sem portar a relação atualizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados.

12.5.5. Consideram-se infrações médias, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e/ou multa de 20 (vinte) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Desobedecer às orientações da fiscalização;
- II - Conduzir o veículo sem o prefixo fornecido pela administração;
- III - Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- IV - Abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- V - Deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido;
- VI - Manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- VII - deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado;
- VIII - realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização pela administração, do responsável pelo aluno ou independente de força maior;
- IX - Embarcar ou desembarcar alunos ou professores em escolas não autorizadas pela administração;
- X - Desobedecer às leis de trânsito, as normas e regulamentos da Administração;
- XI - descumprir os horários determinados pela administração.

12.5.6. Consideram-se infrações graves, imputadas ao contratado e/ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita e multa de 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;
- II - Alterar ou rasurar o selo de vistoria;
- III - Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela administração;
- IV - Negar a apresentação de documentação à fiscalização;



- V - Não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela administração;
- VI - Transportar passageiros não autorizados pela administração;
- VII - Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;
- VIII - Conduzir veículos com imprudência ou negligência;
- IX - Parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos autorizados pela administração.

12.5.6.1. No caso de reincidência das infrações descritas neste tópico, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

12.5.7. Consideram-se infrações gravíssimas, puníveis com advertência escrita e multa de 40 (quarenta) Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFM):

- I - Deixar de operar trajetos sem motivo justificado;
- II - Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;
- III - Trafegar com as portas abertas;
- IV - Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas, ou com uso de psicofármacos, ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos lícitos;
- V - A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com condições de segurança;
- VI - Operar com veículos que não contém os requisitos legais para o transporte de escolares ou não apresente as condições exigidas pela legislação de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares e de passageiros;
- VII - Conduzir veículos sem a habilitação ou outros requisitos exigidos para o transporte de escolares;
- VIII - Assediar sexualmente ou moralmente os usuários do transporte escolar;
- IX - Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;
- X - A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação de serviços públicos.
- XI - Violar as prescrições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

12.5.7.1. No caso de reincidência das infrações descritas neste tópico, ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, a penalidade aplicada consistirá na imposição da multa em dobro.

12.5.8. Além da advertência e da multa prevista nesta lei, o infrator está sujeito a rescisão contratual nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislações aplicáveis, sendo no processo administrativo.

12.5.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5.10. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.5.11. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.5.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.5.13. Além das situações acima apresentada, deverá ser observada as demais disposições da Lei municipal nº 3.588 de 04 de setembro de 2023.

12.5.14. A sanção será obrigatoriamente registrada no sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

13.1. O presente contrato terá sua vigência de **5 (cinco) anos**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, conforme o artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do contrato ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

13.3. As eventuais prorrogações deverão ser instrumentalizadas e coordenadas pela Assessoria Técnica de Contratos da Prefeitura de São Miguel do Guaporé /RO, incluindo o controle dos prazos, conforme dispõe o art. 11, inciso A da lei nº 3.403, de 19 de dezembro de 2022.

13.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial, pela CONTRATADA, das obrigações estabelecidas no presente contrato enseja a sua rescisão, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de promover contratações para a entrega dos materiais sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

14.2. Além de sua inexecução total ou parcial, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- A) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- B) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- C) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- D) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- E) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- F) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

- G) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- H) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- I) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- J) Transferência ou cessão do objeto do contrato para terceiros;
- K) O cometimento reiterado de faltas;

14.3. A rescisão do presente contrato também poderá ocorrer conforme o art.138 da lei 14.133/2021 nos seguintes casos:

1. Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

14.7. Os motivos e a disciplina de rescisão especificada nesta cláusula não afastam a incidência dos artigos 137,138 e 139 da Lei 14.133/2021, que serão aplicáveis em sua inteireza ao presente contrato.

14.8. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

14.9. Em caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar a CONTRATANTE num prazo não inferior a 15 (quinze) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter a concordância da CONTRATANTE.

14.10. Na ocorrência de rescisão unilateral, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo os casos previstos na Lei 14.133/21.

15 –CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

15.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que devidamente justificado e comprovado, e conforme as seguintes modalidades de reequilíbrio financeiro:

15.2. DA REVISÃO

15.2.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

15.2.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

15.2.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;
- b) cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;
- c) comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço já executado;
- d) o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";
- e) as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

15.2.4. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

15.2.5. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

15.2.6. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

15.2.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

5.3. DA REPACTUAÇÃO:

5.3.1. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, bem como de toda a documentação que comprove que a contratada arcou com os mesmos.

5.3.2. Apenas a planilha de formação de custos utilizada na apresentação da proposta vencedora do certame licitatório servirá como documento idôneo para avaliação do valor referente à futura repactuação.

5.3.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, posteriormente, se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

5.3.4. Para a concessão da primeira repactuação deverá ser obedecido o interregno mínimo de 01 (um) ano que será contado a partir:

I - Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; e

II - Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

5.3.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de vigência dos valores adotados na última repactuação.

5.3.6. A repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação dos custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, respeitado o princípio da anualidade.

5.3.7. Na repactuação do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve ser repassado integralmente o aumento dos custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

5.3.8. A administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabelecem valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.3.9. A repactuação em função da variação de custos decorrente do mercado, somente poderá ser concedida mediante negociação entre as partes, observando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

5.3.10. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e contemplando apenas a diferença porventura existente.

5.3.11. Ocorrerá a preclusão lógica quando o contratado não requerer o reajuste e/ou a repactuação a que fizer jus em momento oportuno, ou seja, anterior à assinatura do termo aditivo de prorrogação.

5.3.12. A solicitação de repactuação deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada.

5.3.13. A formalização da solicitação de repactuação deve conter os seguintes documentos:

- I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;
- II - Planilha de proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;
- III - Todos os documentos que comprovem que a contratada arcou com custos relacionados ao objeto contratual além do que o esperado;
- IV - Cópia do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

5.4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.4.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disciplina o art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

5.4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ou outro mais vantajoso para a administração pública, conforme Instrução Normativa n. 028/CGM/2023.

5.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4.4. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto, ou após a prorrogação de prazo, conforme parágrafo único do art. 131 da lei 14.133/2021 .

5.4.5. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do subitem 5.4.1.

14.5. O reajuste será formalizado por apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. Para assinatura do contrato será exigido da contratada, a título de garantia o montante de 5% (cinco por cento) do valor total estimado para 1 (um) ano do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/21, podendo esta ser prestada através de uma das modalidades previstas no §1º, do art.

96 da mesma lei, sendo que a garantia prestada deverá ser requerida e liberada e/ou restituída após a execução do contrato e, quando prestada em dinheiro, o valor deverá ser atualizado monetariamente.

16.2. A garantia, quando prestada em forma de apólice de seguro ou outra forma que por sua natureza requeira atualização periódica em razão da vigência pré-estabelecida, deverá a Contratada estar atenta aos prazos renovação, para que não haja interrupção da garantia devida;

16.3. Não será aceita garantia contratual contratada com terceiros (seguradoras, instituições



financeiras, etc.), cujas cláusulas pactuadas estejam previstas o não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual e;

16.4. O Seguro-Garantia garantirá, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme Art. 97 da lei 14.133/21.

16.5. Uma vez aplicada multa à CONTRATADA e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para repor no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

17.1. Fica o presente contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº... /SEMED/202.. e a proposta de preços constante no Processo nº.../SEMED/2025 e suas partes integrantes, em conformidade com o art. 92, inciso II da Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos, porventura existentes, serão comunicados ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos, e que não contrariem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As partes elegem o Foro do Município de São Miguel do Guaporé (RO), como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outra, por mais que privilegiado que seja.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA-DA PUBLICAÇÃO

20.1. O extrato deste contrato será divulgado em até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura exclusivamente no Diário Oficial do Município de São Miguel do Guaporé, acessível em: <https://saomiguel.ro.gov.br/publicacoes-municipais/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas artes e pelas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município de SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
Secretário (a)

EMPRESA
Contratada

Testemunha

Testemunha